



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA-DH

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANA MARIA AMARO DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ALAGOA
NOVA - PB.**

CAMPINA GRANDE-PB

2011

ANA MARIA AMARO DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL ALAGOA NOVA
- PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, em cumprimento às exigências
para a obtenção do grau de graduada em Licenciatura
em História.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Maria José Silva Oliveira

CAMPINA GRANDE-PB

2011

Ficha Catalográfica

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586o Silva, Ana Maria da Silva

Um olhar sobre o patrimônio cultural de Alagoa Nova – PB [manuscrito] / Ana Maria Amaro da Silva. – 2011.

79 f. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profª. Ms. Maria José Silva Oliveira, Departamento de História”

1. Cidade de Alagoa Nova. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória cultural. I. Título.

21. ed. CDD 307.760 9



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso de Licenciatura Plena em História

FICHA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

TÍTULO: UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO
CULTURAL - ALAGOA NOVA - PB

AUTOR: ANA MARIA ANAMO SILVA

NOTA: 10,0 (DEZ) HORA: 15:30

1. ORIENTADOR: Maria José Silva Oliveira
2. EXAMINADOR: Matusalém Alves Oliveira
3. EXAMINADOR: Josemar Farias Cabral

CAMPINA GRANDE, 22 JUNHO 2017

Matusalém Alves Oliveira
PROFª MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA
COORDENADOR DO TCC

DEDICATÓRIA

A Deus, o meu ponto de partida e o meu ponto de chegada. Sem Ele todas as palavras se dissipariam no vento e com Ele estamos dividindo a alegria desta minha vitória, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha ilustre orientadora, professora Maria José, que me cativou desde o início e pôs-se no meu caminho como uma verdadeira amiga e musa inspiradora.

À todos os professores e professoras que estiveram ao meu lado colhendo o melhor de mim durante estes anos de curso.

Aos meus pais José Amaro e Maria Odemia, por serem os primeiros na torcida de minha batalha e por se sentirem orgulhosos de cada passo que eu dou.

Ao meu esposo Severino “Ramos”, que sempre esteve ao meu lado e que foi depois de mim, o primeiro a contribuir para que eu ingressasse na faculdade e também é o primeiro a me estender os braços quando da conclusão do curso.

Aos meus filhos e filhas, Marcos Felipe, Águida Tamires, Airton André e Annelise Raquel, que entre beijos e abraços, livros e lápis estiveram ao longo desses anos na minha torcida particular organizada. Especialmente a Annelise Raquel, que foi concebida durante o curso e que entre uma mamada e outra “autografava” meus trabalhos.

Aos meus demais familiares, irmão, irmãs, tios, tias, sogra e sogros (in memoriam), que sempre acreditaram no meu potencial e oram, com vistas ao meu crescimento espiritual, social e profissional.

Aos meus amigos e colegas, Júlio César, Paula Francinete, Vandérleya, Maria Auxiliadora Kleyton Klaus e Wallace Victor, que também abraçaram essa causa.

Aos funcionários da UEPB, que tantas vezes ao precisar me atenderam com presteza e carinho, em especial Adalgisa e Socorro (DH).

Especialmente aos meus colegas de classe, pelos felizes momentos de apoio, de amizade, de incentivo e de aplausos.

“O importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação, com gente capaz de pensar”. (José Arthur Giannotti)

RESUMO

Este trabalho é uma discussão sobre o Patrimônio Cultural da Cidade de Alagoa Nova-PB, partimos de uma análise dos bens existentes. Procuramos identificar esses bens por meio de catalogação e embasamos teoricamente através dos estudos de diversos autores, destacamos: Ana Fani, Carlos Lemos, Danièle Voldman, Etiène François, Janaína Amado, Marilena Chauí, Marieta Moraes, Milton Santos, Verena Alberti, Haroldo Camargo, José Borges Sales e outros que discutem noções ligadas à cidade, à memória e patrimônio, relacionadas a sua importância na promoção dos diferentes valores sociais, culturais, artísticos, religiosos e históricos. O presente objeto é uma questão atual e latente que abre espaço para a discussão de uma nova mentalidade cultural, e, ao mesmo tempo em que levantamos a problemática, propomos ações que visam a catalogação, revitalização e conservação, aliando a questão a educação patrimonial do Município de Alagoa Nova-PB. O estudo aponta valores culturais que devem ser analisados, mantidos e disseminados, considerando elementos para se pensar e aprofundar o estudo em busca de uma preservação da própria noção de identidade local e de manutenção da história viva da cidade, tratando o patrimônio material e imaterial, tangível e intangível como bases de uma manutenção da memória e conseqüentemente da história da cidade de Alagoa Nova-PB.

Palavras-chaves: Cidade de Alagoa Nova, Patrimônio e Memória.

ABSTRACT

This paper is a discussion on the Cultural Heritage of the City of Alagoa Nova-PB, we start from an analysis of existing assets. Identify seek these goods through catalogs and based it theoretically through studies of several authors point out: Ana Fani, Carlos Lemos, Danièle Voldman, Etiène François, Janaína Amado, Marilena Chauí, Marieta Moraes, Milton Santos, Verena Alberti, Haroldo Camargo, José Borges Sales and others who discuss ideas related to town, to memory and heritage, related to its importance in promoting the different social values, cultural, artistic, religious and historical. This object is a current issue and latent opens space for discussion of a new cultural mindset, and while we raise issues, propose actions aimed at cataloging, revitalization and conservation, combining the question of heritage education Municipio de Alagoa Nova-PB. The study indicates that cultural values must be analyzed, maintained and encouraged considering elements for thought and further study in search of a preservation of the notion of identity and place-Care of the living history of the city, treating the material and immaterial heritage, tangible and intangible as a maintenance bases of memory and thus in the history of the city of Alagoa Nova-PB.

Keywords: city of Alagoa Nova, Heritage and Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 1 – Lagoa Parque Manoel Pereira.....	12
FOTO 2 – Vista panorâmica da cidade de Alagoa Nova –PB	13
FOTO 3 – Mapa da Paraíba.....	16
FOTO 4 – Pirauá, árvore centenária	25
FOTO 5 – Coreto e Matriz de Santa Ana.....	26
FOTO 6 – Antigo Centro Histórico de Alagoa Nova	27
FOTO 7 – Matriz de Santa Ana em Construção.....	28
FOTO 8 – Matriz De Santa Ana na atualidade.....	29
FOTO 9 – Igreja do Rosário e Prédio das Escolas Reunidas.	30
FOTO 10 – Igreja Assembléia de Deus.	31
FOTO 11 – Teatro Municipal Otávio Lima Leite	32
FOTO 12 – Casarão de 1700.	62
FOTO 13 – Casarão de 1800.	62
FOTO 14 – Casarão de 1700.	63
FOTO 15 – Casarão de 1800.	63
FOTO 16 – Casarões de 1800.	63
FOTO 17 – Engenho Olho D’Água da Prata de 1700.....	64
FOTO 18 – Engenho Geraldo de 1700.	64

LISTA DE SIGLAS

CEDUC	Centro de Educação
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DH	Departamento de História
FUNESC	Fundação Espaço Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOHA	International Oral History Association
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
S/A	Sociedade Anônima
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

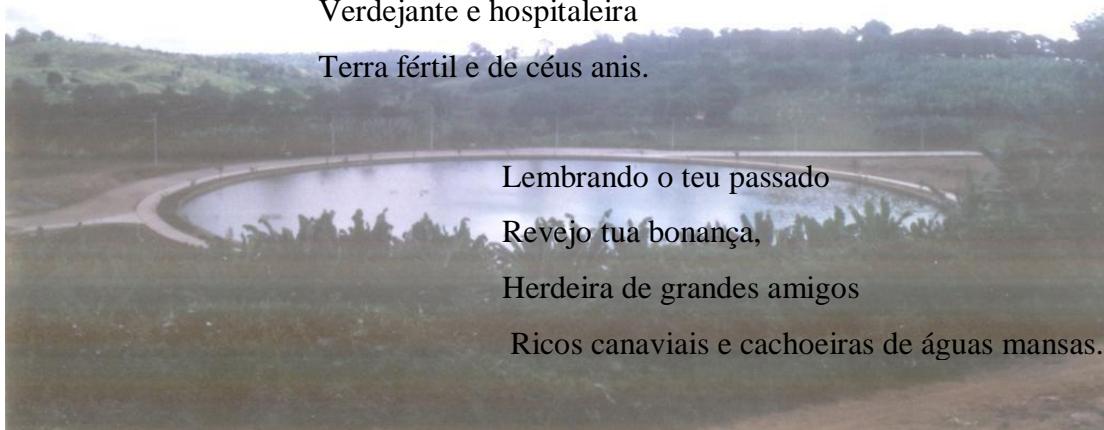
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
1 CIDADE DE ALAGOA NOVA: “A VERDEJANTE ESMERALDA DOS BULTRINS.	17
UMA CIDADE, DUAS VERSÕES.....	17
CARTOGRAFANDO O MUNICÍPIO	20
CAPÍTULO II	
2 PATRIMONIO: ISTO OU AQUILO?	34
PATRIMONIO HISTÓRICO.....	34
O LUGAR DE PATRIMONIO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	37
CAPÍTULO III	
3 HISTÓRIA QUE SE CONTA, MEMÓRIA QUE SE (RES)GUARDA	45
CONTANDO HISTÓRIA E ESCRREVENDO A MEMÓRIA DE ALAGOA NOVA	
- PB.....	51
IDENTIDADE E MEMÓRIA	55
O PATRIMONIO DE ALAGOA NOVA: HERANÇA DE TODOS	59
Casarões: Lugares de Saudades.	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO	79

SAUDAÇÃO À ALAGOA NOVA

Oh, cidade bendita,
 És tu entre tantas mil
 És um berço de carinho
 De um pedaço do Brasil.

Salve esta terra esplêndida
 “Esmeralda dos Bultrins”
 Verdejante e hospitaleira
 Terra fértil e de céus anis.



Lembrando o teu passado
 Revejo tua bonança,
 Herdeira de grandes amigos
 Ricos canaviais e cachoeiras de águas mansas.

FOTO 1: Lagoa Parque Manoel Pereira

Fonte: www.portalpanorâmico.com.br (2007)

Amor é o que não te falta,
 Saudade é o que te conduz,
 E nesses versos te digo
 O quanto tu me seduz.

(Autora: Ana Maria Amaro da Silva- Ano: 1996)

INTRODUÇÃO



FOTO 2: Vista panorâmica da cidade de Alagoa Nova- PB
Fonte: José Fraterno. [www. portal panorâmico.com.br](http://www.portalpanoramico.com.br)(2007)

“Essa fome é para uso dos sedentos. Toma tua parte. Vem a estas páginas e não entaves seu uso aos que têm sede”.

(Cora Coralina – Poetisa brasileira)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Patrimônio Cultural de Alagoa Nova-PB. Aqui reunimos alguns conceitos, de forma sucinta, mas que mereceriam abordagens e debates mais aprofundados: conceitos de patrimônio e memória, que foram muito pesquisadas, em diferentes áreas do conhecimento, devido à sua abrangência, complexidade e importância para se compreender as sociedades.

Dessa forma este trabalho foi concebido com o objetivo de oferecer alguns elementos para se pensar e aprofundar o estudo sobre o processo de degradação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico de Alagoa Nova.

Organizamos este trabalho em três capítulos, com noções que permita o leitor perceber um pouco a relação da sociedade com seus elementos representativos e valorativos, da sociedade de Alagoa Nova a quem esse trabalho tem por recorte.

Inicialmente elaboramos um estudo sobre o Município de Alagoa Nova, elencando sua história, geografia, sociedade, cultura e economia, possibilitando com isso um olhar mais apurado sobre a construção da identidade local, com vistas a manter o foco sob o viés do conhecimento e da manutenção da pesquisa.

No segundo capítulo teoricamente buscou-se analisar o conceito de Patrimônio Cultural de modo a demonstrar a sua complexidade enquanto também Histórico e Arquitetônico, no tocante a produção de identidade.

Focalizou-se o conceito do Patrimônio Cultural, procurando identificar variáveis que por sua frequência ou importância foram essenciais para a construção de uma identidade homogênea a partir dos fatores favoráveis ou estratégicos para que isso ocorra.

A partir dessa perspectiva foram pesquisados em alguns estudos o conceito de memória de modo a se entender como a memória pode ser efetivada e qual a sua ligação na produção e reprodução de elementos representativos de uma determinada região especificamente a da cidade de Alagoa Nova. Através destas abordagens foram realizadas análises com relação à construção social da própria idéia de Patrimônio enquanto lugar e enquanto ação coletiva a que o homem está inserido.

No terceiro e último capítulo, com base no quadro de referência que compõe o primeiro capítulo deste trabalho e no estudo do segundo capítulo, foram elaboradas, algumas reflexões relativas à decadência especificamente de algumas construções arquitetônicas da cidade de Alagoa Nova.

Primeiramente elaboramos algumas referências teóricas sobre o tocante a História Oral e depois em relação à Memória, onde aí se insere a memória de alguns moradores da cidade, tendo como base “conversas” e entrevistas.

Evidentemente que, toda abordagem feita aqui são essenciais para o surgimento de inúmeras outras novas pesquisas em relação ao patrimônio cultural, histórico e arquitetônico, dentro da temática da história e da memória na construção da identidade como também poderão surgir novas temáticas em relação a outros objetos de estudos a exemplo; da discussão sobre cidades, território, entre outras diversas abordagens aqui citadas.

CAPÍTULO I



FOTO 2: Mapa da Paraíba
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alagoa_Nova

“O rio atinge seus objetivos porque aprendeu a contornar obstáculos.”

(Lao-Tsé – Filósofo chinês, sé. V a.C)

CAPÍTULO I

I – CIDADE DE ALAGOA NOVA: “A VERDEJANTE ESMERALDA DOS BULTRINS”

– UMA CIDADE, DUAS VERSÕES

A origem do município de Alagoa Nova é uma incógnita, ao mesmo tempo tem duas versões. A primeira, segundo pesquisadores, data de 1625, quando exploradores chegaram aqui à procura de ouro e nada encontraram. Anos depois, missionários catequéticos ingressaram nessas terras e encontraram os índios Bultrins da nação Cariris, levando a crer que, quando na viagem dos exploradores de ouro, os índios já habitavam aqui.

Entendemos essa versão da seguinte forma: Em 1625, uma equipe de exploradores partiu de Mamanguape, rumo à região de serras, em busca de ouro, regressando 16 anos depois sem encontrar as sonhadas jazidas. Anos mais tarde, missionários, com objetivos catequéticos, orientados por pessoas conhecedoras da área, chegaram ao lugar habitado pelos Bultrins, da nação Cariris, chamado Aldeia Velha, depois Bultrin (atualmente existe um sítio com o mesmo nome, localizado entre os engenhos Geraldo e Bonito, às margens da rodovia que liga Alagoa Nova a Campina Grande).

Em 1670, os moradores se transferiram para a missão do Pilar, aconselhados pelos missionários, pois com o estabelecimento de currais em suas terras, pelos invasores, houve reação dos nativos, que de pacíficos tornaram-se hostis, não sendo entendidos pelos fazendeiros, que os escravizavam. Isso levou a diversas fugas dos nativos, que se ocultavam nas matas e esconderijos das serras.

Essa reação era sempre vencida pelos invasores, que dispunham de equipamentos de combates mais modernos, principalmente armas de fogo. Como consequência, houve a dizimação dos nativos, num verdadeiro genocídio praticado pelos portugueses. Com a quebra dessa resistência e a transferência dos remanescentes para a missão do Pilar, floresceram as fazendas com mais tranquilidade, construindo-se núcleos primitivos de futuras povoações.

Em 1762, houve a concessão de terras denominada São Tomé, toponímio do atual município de Alagoa Nova.

Em 21 de fevereiro de 1763, o então governador Francisco Xavier de Miranda Henrique, aprova o requerimento da Sr^a Maria Tavares Leitão e seu filho, o alferes José de Abreu Tranca, onde solicitam terras do lugar Olho D'água da Prata, sesmaria com três léguas de comprimento por uma de largura, limitada com as terras de Aldeia Velha, antes pertencentes aos Bultrins.

Essas terras ficavam nas proximidades do atual engenho Olho D'água, com solos muito acidentados, terras sempre úmidas e férteis, providas de inúmeras nascentes e pequenos mananciais perenes, cobertas por extensas matas, ricas em madeira de lei.

Plantavam mandioca, milho, feijão, algodão, diversas fruteiras e criavam gado. Utilizando inicialmente a mão de obra indígena e depois a dos escravos, vindos da África. Fabricavam apenas a farinha de mandioca para o consumo interno e o excedente era vendido para o sertão. Para o historiador Epaminondas Câmara, o período poderia ser denominado como a „civilização da farinha“. Na época, praticava-se mais o escambo, por motivo de escassez de dinheiro, impedindo a expansão dos negócios.

Em 1778, o aglomerado de casas, formado nas proximidades da lagoa, não muito distante de Olho D'água da Prata, já era chamado de Alagoa Nova. Era um ponto de pouso e de abastecimento de produtos provenientes da agricultura e da pecuária.

Em 1790, o povoado passou a distrito, pertencente à Vila Nova da Rainha (atual Campina Grande). Era ligado por estradas carroçáveis até Alagoa Grande, Areia e Campina Grande, e na época das chuvas os atoleiros e terrenos escorregadios dificultavam a comunicação. Os mensageiros, chamados postilhões, que transportavam os malotes dos correios da capital até Campina Grande, pernoitavam em Alagoa Nova. Em 22/02/1837, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz. A Freguesia de Santana foi criada pela lei nº 06 de 22/06/1837. A agência dos correios foi instalada em 1850.

Os senhores Patrício Freire Mariz Maracajá e Antônio de Brito Lira, foram os pioneiros na introdução do cultivo de café no município. Também introduziram a cana-de-açúcar, para a obtenção de maior rentabilidade.

O povoado foi elevado à vila em 05/09/1850, pela lei provincial nº 10, desmembrando-se de Campina Grande e passou a pertencer à Freguesia de Santana, após um período de grande crescimento. A instalação da vila aconteceu em 27/02/1851. Nessa época, a população era de 6.975 habitantes, sendo 5.951 pessoas livres e 1.024 escravos.

Havia produção de fumo, algodão, milho, fava, feijão e mandioca além da introdução das culturas de café e cana-de-açúcar nas várzeas. Iniciou-se a fabricação de rapadura, aguardente e açúcar mascavo, além da farinha de mandioca. Em 1872, foi

realizado o primeiro censo geral do Brasil e Alagoa Nova dispunha de 12.593 pessoas, sendo 11.904 pessoas livres e apenas 689 escravos. Do total, 6.481 eram mulheres e 6.112 homens. Cinco anos após o censo, teve início a alforria de escravos, estendendo-se até 1886, dois anos antes da lei áurea.

Com a Proclamação da República, a câmara municipal foi extinta, passando a denominar-se Intendência Municipal, sendo os seus membros nomeados pelo Governador do Estado. Nessa época, até os comerciantes pediam autorização à Intendência para continuarem com os seus negócios. Foi criado o cargo de Prefeito Municipal, em março de 1895, pela lei estadual nº 27, sendo nomeado Gervásio Fernandes Bonavides o primeiro prefeito da vila. Através da lei nº 157 de 05/06/1900, que suprimiu o município, Alagoa Nova passou a pertencer novamente a Campina Grande.

O município foi criado, desmembrando-se definitivamente do de Campina Grande, através da lei nº 215 de 10/11/1904, mas a comemoração da emancipação política, ainda hoje é feita no dia 05 de setembro, data da criação da vila.

De acordo com o censo de 1920, havia além da sede, os distritos de Esperança (emancipado cinco anos depois, pela lei nº 624 de 1º de dezembro de 1825) e Matinhas (criado pela lei nº 424 de 28 de outubro de 1915 e emancipado no ano de 1996). O decreto-lei nº 1.164 de 15/11/1938, criou a vila de Bultrin, antes chamada de Lagoa de Roça, modificando também o nome de Alagoa Nova para Laranjeiras, assim permanecendo até 1943, quando o decreto-lei nº 520, de 30 de dezembro, restabeleceu as antigas denominações.

A vila de Lagoa de Roça foi desmembrada de Alagoa Nova, através da lei nº 2.651 de 20/12/1961, com a denominação de São Sebastião de Lagoa de Roça.

Já a segunda versão - segundo relatos populares - data de 1678, quando existia uma depressão que ficava alagada na época das fortes chuvas, ao lado, algumas casas foram se aglomerando pouco a pouco. Perto dessa depressão, haviam grandes árvores de gameleiras e os tropeiros que vinham de Alagoa Grande, com destino à Campina Grande, paravam para descansar e “arriar” a carga dos animais. Logo apelidaram esse lugar de Lagoa Nova e hoje o nome ainda é adotado, com o acréscimo de um “A”, ficando Alagoa Nova.

– CARTOGRAFANDO O MUNICÍPIO

O município de Alagoa Nova fica localizado na mesorregião do Agreste e na microrregião do Brejo paraibano, pertencendo à 3ª região geo-administrativa de Campina Grande. Tem uma área de 195,9 km², representando 0,34% da área total do Estado. Limita-se ao norte, com os municípios de Esperança, Remígio e Areia; ao sul com os de Massaranduba e Lagoa Seca; ao leste com o de Alagoa Grande; e ao oeste com o de São Sebastião de Lagoa de Roça. Ele está a 530 m de altitude e tem como coordenadas geográficas, 07°14'15" de latitude e 35°45'30" de longitude. Fica distante de Campina Grande em 30 km; de João Pessoa, 148,6 km e de Brasília 2.626,6 km.

Seu clima é úmido, variando a temperatura em torno de 25°. Devido à sua localização, as chuvas são abundantes, atingindo em média 1.400 mm anuais.

Alagoa Nova tem aspectos físicos e climáticos bastante específicos, cujo clima úmido propicia uma drenagem rica em córregos perenes, grande atividade erosiva, surgindo o relevo de espigões, de topos horizontais e sub-horizontais (as chãs), de extensão variável, encontrando-se, entre os primeiros, alguns de capiado sedimentos da formação de barreiras.

A cidade de Alagoa Nova ainda partilha características peculiares do Brejo paraibano, pois seu processo de evolução histórica, inclusiva, religiosa, está muito próximo ao Agreste da Borborema. Na realidade, essa distinção se deve à história e à cultura estabelecidas na região do Brejo paraibano, apesar de ali a cana-de-açúcar e bovinocultura serem adaptados ao solo, constituem atividades importantes, mas percursos distintos, seja pelos desdobramentos econômicos, seja pelos socioculturais.

A população de Alagoa Nova, segundo o Censo Demográfico de 2010, é de 19.681 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 160,98 hab/km² e uma área total de 122,3 Km².

Estando dividida da seguinte forma: 9.761 homens e 9.920 mulheres, num total de 19.686 pessoas.; Área urbana – 4.760 homens e 5.034 mulheres, num total de 9.794 pessoas. Área rural – 4.793 homens e 4.666 mulheres, num total de 9.459 pessoas. Ainda acrescido do Povoado de São Tomé: 208 homens e 220 mulheres, num total de 428 pessoas.

A história desse município continua registrada através das casas antigas, da igreja matriz, da prefeitura municipal, onde antes era a casa de saúde Santa Ana, o prédio dos

correios, o Banco do Brasil, coletoria, cartório, movelárias, farmácias, casa paroquial, o hospital Sofia de Castro entre outros.

Hoje, Alagoa Nova possui diversos bairros, que para todos trouxeram suas vantagens e desvantagens. O bairro foi criado com o nome Santa Luzia, que dispõe de uma capela de mesmo nome, inclusive com festa da padroeira festejada no mês de dezembro, igreja evangélica, escola municipal de ensino fundamental, creche com pré-escola e berçário, quadra de futebol, casa de show, panificadora, cemitério. Os moradores que começaram habitar quase 90% da população vinham de engenhos, poucos tinham escolaridade.

Nossa Senhora Aparecida, antes de sua fundação tinha como nome bairro da Caridade, por existir uma fonte de água chamada de “cacimba da caridade”, onde a população, desde os tempos mais distantes até a atualidade, usam suas águas. No bairro existe a capela Nossa Senhora Aparecida. Uma parte da população que mora no bairro Nossa Senhora Aparecida é oriunda de engenhos e outras localidades. O bairro possui uma panificadora e é onde está instalado um posto da fábrica de sandálias São Paulo Alpargatas S.A.

O apoio da prefeitura municipal, durante as administrações dos prefeitos Robério Colaço Maracajá (1989-1992) e Otávio Leite Sobrinho (1993-1996), fez surgir um outro espaço urbano, inicialmente chamado de Mutirão, a prefeitura doava os terrenos e a população, uns ajudando os outros, iniciaram a construção. Hoje, o bairro é denominado Conjunto Ulisses Guimarães e conta com escola e está sendo instalado uma unidade básica de saúde. Ali a população é pobre, com famílias desestruturadas e a área é conhecida como de risco.

A urbanização é cada vez mais crescente e atualmente o loteamento Mário Lima de propriedade do Agrônomo Mário Lima tem crescido muito e esse crescimento sufoca parte da história da Engenho Olho D'Água da Prata. Nas terras do referido Engenho, há muitos anos, os holandeses, juntamente com os índios Bultrins, viveram alguns longos anos. Agora, o local é de residências nobres, com oficinas, parque de vaquejada, área de lazer com o nome Moraesão, bar e restaurante, lanchonetes, Casa do Idoso e da Família e escolas.

Recentemente, a cidade se expande ainda mais, um novo bairro se forma, o Eugenia Rita, ao lado da Avenida São Sebastião, com ginásio de esportes, moradias e energia elétrica, ainda não dispõe de rede de água e esgoto nem meio-fio. Terrenos de vendas particulares.

Conta ainda o município de Alagoa Nova com um distrito (povoado), São Tomé, que conta com agentes comunitários, Posto do PSF com médico, enfermeira e auxiliar de enfermagem, escola de ensino fundamental e educação infantil.

Já deu para perceber pelo que discurremos que enquanto mais o município cresce mais problemas surgem e um deles é a questão ambiental, os recursos da cidade são poucos e as soluções oferecidas pela prefeitura, muitas vezes, não surtem efeitos, visto que são paliativos inadequados.

É notório que grande parte da vegetação nativa foi dizimada para a implantação da cultura da cana, que além do impacto causado pela monocultura, o solo ficou, mas susceptível à erosão, devido à menor cobertura do solo e às práticas nocivas, como o plantio em encostas.

Assim, pode ser resumida à pesquisa de um questionário sócio-ambiental da Agenda 21 local do município de Alagoa Nova sobre os principais problemas ambientais, divulgada pelo Diagnóstico Socioambiental. Segundo os questionários, 21% das pessoas do município declararam que o calor é um dos problemas; 20% o problema do desmatamento; 16% mau cheiro; 7% poluição dos rios; 6% da coleta seletiva; 4% falta de água e de áreas verdes; 3% a poluição sonora; sendo todos esses problemas que prejudicam as condições de vida da população. (PRODER, 1996,p.90)

A questão econômica do município é voltada, em um primeiro momento, para a agricultura, devido ao seu bom índice pluviométrico e o seu clima favorável nos cultivos das mais variadas culturas, como banana, citrus, milho, feijão, entre outras culturas tão importantes, como a cana-de-açúcar, que desenvolveu a indústria da cachaça e da rapadura. A cidade conta ainda com a pecuária, tendo como destaque a criação de galinhas caipiras, que devido sua importância criou-se no mês de julho sua festa típica.

De uma região de base produtiva, essencialmente primária, onde a cana-de-açúcar e a pecuária bovina comandam a vida econômica, social e política, merece destaque uma agricultura familiar e orgânica esses segmentos tive crescimento recente puxado por iniciativa do STR que ampliando a produção local e que, agora, estimula sua diversidade.

A fruticultura, como base agrícola, tem ajudado manter a economia do município. Somam-se à participação dos produtores no comércio dos seus produtos. Fatos relevantes para o futuro são expressos através de 24 associações produtivas ativas.

Expande a indústria de transformação, artesanato, pinturas, entre outras. Esses desenvolve o comércio e os serviços.

A indústria de transformação, devido às características agrícolas da região produtora de cana-de-açúcar, que tem um histórico em engenhos com a produção de rapadura e aguardente, dentre a atividade urbana, uma merece destaque, sendo examinado com mais detalhe é a São Paulo Alpargatas S/A, do setor de calçados e que exporta com valor agregado para outros países, demais estados do Nordeste e para o resto do país, com capacitação e melhoria do setor, visando atingir mercado consumidor.

Um dos principais cartões de visita de Alagoa Nova é, sem dúvida, montado a partir da fama dos bordados. Tradicionalmente conhecidos pela riqueza de detalhes, os bordados passaram a ser vendidos principalmente pelas lojas, mas também exportados para outros estados do Brasil e para o exterior. Todavia, há dificuldade de recursos para produção e a comercialização dos produtos. A cooperativa das bordadeiras dispõe de uma loja para comercialização dos produtos. Existe também uma associação das costureiras de Alagoa Nova que trabalha de forma artesanal.

No que se refere ao comércio, os estabelecimentos comerciais somam 24, com 461 empregos, conforme os dados do Ministério do Trabalho, relação anual de atividades econômicas (2002). O comércio, organizado em padrões que não são as grandes cidades brasileiras – onde estruturas comerciais se concentraram comandadas por grandes grupos econômicos – tem mantido o dinamismo. O domínio de empresários locais, a presença marcante dos médios e pequenos estabelecimentos e característica importante desse segmento econômico no município. A importância das feiras semanais no município é reveladora desse padrão, criado e sustentado na força da cultura local, mais forte até agora que a influência dos padrões.

O comércio distribui especialmente alimentos, remédios, materiais de construção, entre outros. O movimento comercial é fortemente alavancado pelo turismo, outra atividade forte com potencial de ampliação, especialmente o religioso. Destaca-se a Festa da Padroeira da cidade, em particular; Santana, Festa da Galinha de Capoeira, realizada no mês de julho; Festa Junina, tradicional na região Nordeste, com apresentações de quadrilhas, danças folclóricas, exposição de comidas típicas, forró pé de serra, pavilhão, show pirotécnico, shows de bandas de forró.

Hoje os engenhos tem pouca visibilidade, mas vale lembrar que a história do município de Alagoa Nova foi construída nos moldes da monocultura da cana-de-açúcar. Os remanescentes e consequências desse modelo econômico foram deletérios, tanto para a população quanto para o solo e meio ambiente.

Após a falência dos engenhos, o trabalhador rural foi abandonado à própria sorte nas periferias da cidade, sem nenhuma infra-estrutura que desse suporte ao seu modo de vida. Os que continuaram na zona rural tomaram posse de propriedades diminutas, estabelecendo no município uma condição peculiar, que são os minifúndios, representando 95% de todas as propriedades do município.

Segundo o IBGE, o PIB foi estimado em 2008 (último ano para o qual se dispõe de informação), per capita de Alagoa Nova é de R\$ 5.640,42, na Paraíba ocupa o 6º *ranking*. Estima-se uma população de 18.575 pessoas. Estimativa com base nos estudos do recenseamento de 2008, realizado pelo IBGE.

Isso explica a percepção que se dissemina entre a população que o município precisa de um tratamento especial, principalmente no que se refere às políticas públicas. E que, enquanto moderna base da cachaça e dos engenhos de cana-de-çúcar e a fruticultura recebem mais investimentos relevantes e se expande no Brejo paraibano, a principal atividade agrícola do município, transformando produtos orgânicos.

Destaca o papel que vem sendo desempenhado desde o final dos anos 80, pela transferência via sistema de aposentadoria, ampliada pela Constituição Federal de 1988 e que beneficia bastante o município de Alagoa Nova.

Uma das marcas da vida econômica do município é o baixo padrão de produtividade que prevalece em grandes partes das atividades realizadas. Isso influencia fortemente o baixo nível de renda que predomina no município, onde a renda média da população é inferior à do estado, que já é baixa para padrões nacionais, e mais per capita de R\$ 82,87.

Alguns avanços vêm sendo observados no município, mas as melhorias dos padrões tecnológicos continua sendo um desafio importante. Domina uma policultura e a agropecuária inserida em ambiente climático, onde a parceria constitui a relação de trabalho dominante. A população ativa tem baixo nível educacional e reduzida qualificação tecnológica. Essa situação ganha amplitude quando se trata de parceiros ou pequenos proprietários. Apresentam condições em matéria de poupança e financeira extremamente reduzidas.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995, o município de Alagoa Nova tem um total de 13.080/hct, com 2.799 hct de lavouras permanentes, 593 hct de pastagens naturais, 2.098 hct de lavoura em descanso, improdutivas ou terras não utilizadas.

O turismo vem se expandindo no município, com eventos da festa religiosa, eventos culturais e esportivos e o ecoturismo têm potencial a crescer. Já estimulando

pousadas e o desenvolvimento de restaurantes e de um hotel, outra atividade em crescimento e com potencial de expansão no futuro próximo.

Hoje, Alagoa Nova faz parte do projeto turístico Caminhos do Frio, rota cultural, caminhos dos engenhos dentro do grande guarda-chuva, “A civilização do açúcar”, que envolve três estados: Paraíba, Alagoas e Pernambuco.

No tocante às belezas naturais, Alagoa Nova reúne, em alguns quilômetros quadrados, imensa base para turismo de aventura. Para que possamos utilizar melhor dos atrativos presentes na região, devemos partir da responsabilidade e sustentabilidade, necessitando aprender como trabalhar cada atrativo e utilizar de maneira para dar ao turista uma visão mais global do potencial que existe latente em cada canto de serra, em cada cachoeira, em cada sítio e engenho, que surpreendem com suas belezas históricas e importantes. E aqui e ali somos surpreendidos por frondosas e viçosas árvores de Pirauá.

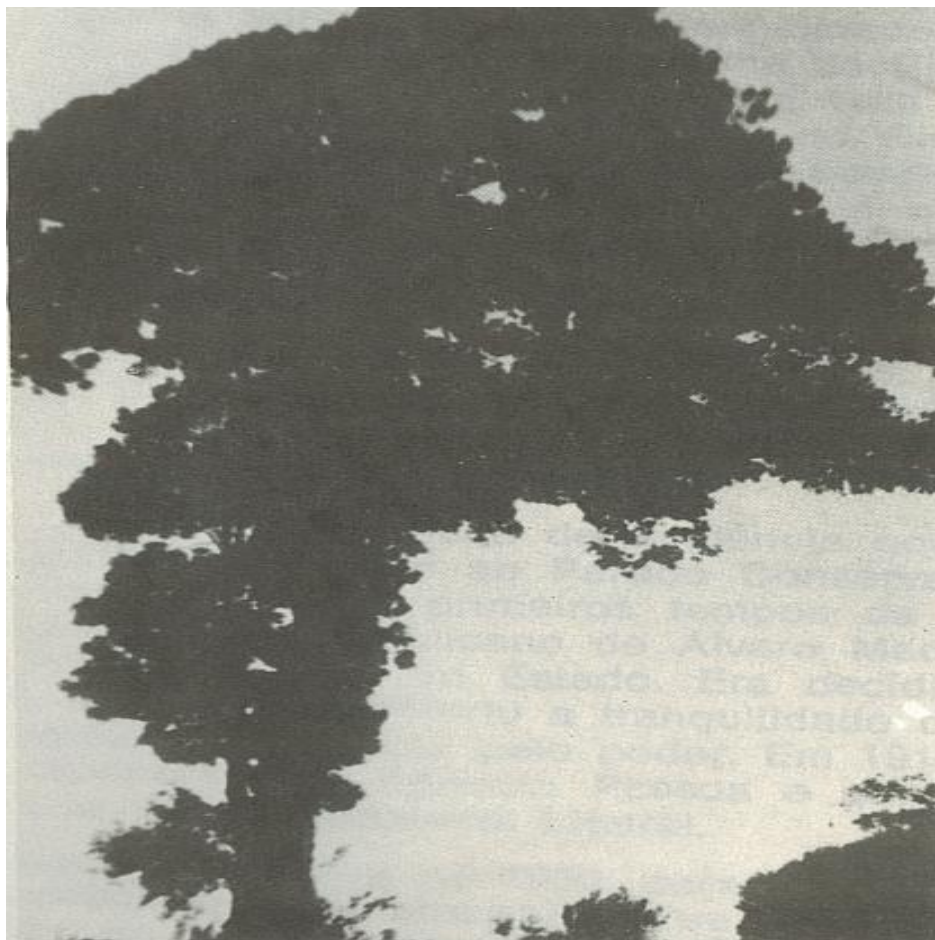


FOTO 4: Pirauá, árvore centenária, esta ficava ao lado do Cemitério e foi derrubada em 1980
Fonte: José Borges Sales (1990)

Há coisas que povoam o nosso imaginário com saudosismo, a exemplo de alguns acontecimentos como da festa de padroeira, que começava na última semana de janeiro e se encerrava a dois de fevereiro. Havia o novenário e os noitários, que tinham os sentidos de oferecer à comunidade festejos religiosos e profanos, que marcavam a data.

A Matriz e a rua principal eram iluminadas por bicos de acetileno, que complementavam a iluminação pública de lampeões. E nos finais de semana, ou durante o início das noites os populares e a juventude se reuniam no Coreto de estilo francês que ficava na frente da Matriz, como vemos na foto abaixo.



Alagôa-Nova - Coreto construído nos últimos anos da década de 1910. Dr. Laudine era o Juiz Municipal. Ao fundo a fachada da antiga Matriz, demolida no início de 1940.

FOTO 5: O Coreto e a Fachada da Matriz de Santa Ana
Fonte: José Sales Borges (1990)

Outro grande acontecimento da semana era a feira dos domingos, em que homens e mulheres moradores dos engenhos e sítios da redondeza, uns à cavalo e outros a pé, buscavam a vila para fazer a feira e assistir à missa dominical das 10 horas.

As mercadorias destinadas à venda, produzidas no município ou em localidades da vizinhança, eram em sua quase totalidade. Havia lugares destinados ao feijão, fava, queijo, venda de cerâmica, frutas e verduras da região. Os bancos eram combatidos pelos

comerciantes. Os fiscais da prefeitura cobravam os impostos pela ocupação do espaço público e eram mal compreendidos pelos feirantes.

Os vendedores de folhetos de cordel, ao som de violas e pandeiros, cantavam as façanhas de Lampião, “Canção de Fogo”, o romance da “Donzela Teodora”. Os rurícolas se aglomeravam, escutando a cantoria e comprando os folhetos que seriam lidos no sítio, à noite, por alguém que soubesse ler.

A cidade de Alagoa Nova era tranquila e pacata. Seus moradores se dedicavam ao comércio de compra e venda ou eram artífices que prestavam serviços em suas oficinas de trabalho.

As casas comerciais permaneciam abertas até 22 horas. Fechavam apenas nos intervalos do almoço e jantar. Os proprietários de sítios ou de engenhos que residiam na vila se dirigiam, logo ao alvorecer, para seus afazeres agrícolas e regressavam à tarde. Os que moravam distante vinham nos dias das festas e da feira. Durante a semana só compareciam à rua em casos de necessidade, para comprar remédio ou para reparo de um instrumento agrícola.

As donas de casa atendiam os afazeres domésticos, ensinavam as lições aos filhos e costuravam ou bordavam peças de familiares.



FOTO 6: Antigo Centro Histórico

Fonte: José Borges Sales (1990)

Entendemos a religião como um fato social, então com base nessa afirmação, destacamos a inauguração da Igreja Matriz de Santa Ana que aconteceu no dia 22 de fevereiro de 1837, conforme a lei assinada pelo presidente da Província da Parayba, Basílio Quaresma Torrerao. A freguesia (Associação dos Paroquianos) de Alagoa Nova foi criada em 1852, sob a invocação de Nossa Senhora Santa Ana, daí a festa da padroeira ser comemorada no dia 26 de julho. Após longo período de obra, a igreja veio a ser concluída e benta no dia 19 de dezembro de 1943.



FOTO 7: Matriz de Santa Ana em construção
Fonte: Acervo particular do Diácono Ladislau Nogueira (1939)

Em 23 de março de 1939, iniciou-se a construção da igreja. Porém, houve um desastre na construção, pois a torre da matriz não suportou o piso e veio abaixo, fato esse que gerou diversos comentários a favor e contra a construção. Nesse dia, o vigário, Monsenhor José Borges de Carvalho, não se encontrava na cidade e foi avisado, regressando às pressas.

A Matriz passou por diversas transformações dos anos compreendidos de 1839 à 2005, e com essas transformações algo que não mudou foi o tradicional louvor à Padroeira Santa Ana, tornando-se uma realização que ao longo dos tempos incorporou-se ao

calendário da cidade. A Matriz idealizada pelo Monsenhor José Borges de Carvalho foi reformada em 2005 no paróquiato do padre Assis Meira e se encontrava como mostra a foto a seguir, apenas com uma pintura mais forte.



FOTO 8: Matriz de Santa Ana
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)

Apesar do catolicismo predominar na cidade, idéias discordantes surgiram de quando em quando, com o acolhimento de outras doutrinas por uma parte da população. A exemplo do protestantismo e do espiritismo. Um fato curioso é que o major Matias

Fernandes aceitava a Doutrina Espírita, adquiria livros, assinava revistas da época, possuía conhecimento e realizava, em companhia de pessoas de sua confiança, sessões de ritos espíritas.

Os adeptos dessa doutrina realizavam seus encontros e ocorriam permutas de livros doutrinários, que, às vezes, alcançavam pessoas curiosas ou avançadas. Ocorreu na década de 20 o florescimento da doutrina. Cresceu o número de seguidores e construíram um centro espírita para suas reuniões de estudos da doutrina e debates.

Segundo Sales, havia na cidade de Alagoa Nova uma igreja denominada Igreja do Rosário, a qual era o templo dos escravos, construída num terreno em declive. Ostentava uma escada de alvenaria para se alcançar do patamar. Estava em ruínas e foi demolida no paróquio do padre Severino Cavalcante de Miranda (SALES, 1990, p. 59). E do lado dela havia o prédio das Escolas Reunidas, que abrigava os cursos Primário e Ginásial.



FOTO 9: Igreja do Rosário e Escolas Reunidas
Fonte: José Sales Borges (1990)

Bem mais tarde, a partir da década de 80 é que surge com mais força ativa seguidores do protestantismo. A saber da construção do Templo da Assembléia de Deus.



FOTO 10: Igreja Assembléia de Deus
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)

A cultura no município recebe muito pouco incentivo e não há uma política cultural clara, a não ser pela força de vontade de grupos isolados. Pois o poder público apenas se manifesta em épocas de seu próprio interesse como dia do aniversário da cidade ou quando órgão do governo vem fazer algum tipo de visita.

Existe na Lei Orgânica do Município uma Lei de incentivo à cultura e ao espaço físico que é o Teatro Municipal, que funciona desde 1990, onde antes era o Clube Social 21 de Abril, mas a lei não é cumprida e cada vez mais os movimentos artísticos culturais se tornam decadentes, salvo quando buscam incentivo em forma de patrocínio de entidades, empresas privadas.



FOTO 11: Teatro Municipal Otávio Lima Leite
Fonte: Joseilton Belarmino (1990)

Famosa por seu clima ameno e cheia de cenários de montanhas exuberantes, Alagoa Nova se destaca por estes e outros motivos com o projeto da Festa da Galinha e da Cachaça que está inserida nos “Caminhos do Frio”, rota cultural no município de Alagoa Nova, onde há o encontro de diversos segmentos culturais, disseminando um fazer artístico, cultural, comprometido com a cidadania, a inclusão social, o desenvolvimento econômico sustentável e a transformação da sociedade.

O projeto da Festa da Galinha e da Cachaça tem sua relevância para o conhecimento da realidade regional e sua trajetória na diversidade sócio cultural, ambiental, trará contribuições significativas às comunidades envolvidas. Além da questão social específica por trás deste projeto, uma questão reforça a presente proposta de expandir, resgatar, divulgar, fortalecer e consolidar a identidade cultural do município através do desenvolvimento econômico sustentável do turismo.

Mas ainda verificamos que a falta de conhecimento e de divulgação das potencialidades culturais não proporciona a entrada de pessoas na economia de mercado e, conseqüentemente, não trazem desenvolvimento humano, econômico e cultural para o município.

CAPÍTULO II

“Hora melhor para realizar o futuro é agora.”

(Geraldo Azevedo- Músico brasileiro)

CAPÍTULO II

II – PATRIMONIO: ISTO OU AQUILO?

Historicamente, no Brasil, a preocupação com a questão do Patrimônio, com a proteção e preservação desse, é coisa relativamente recente. Segundo os estudiosos Lemos (1982) e Camargo (2002), desde o século XVIII, já havia no Brasil uma discreta discussão sobre o fato. Mas só no final da década de 1920, surge o primeiro projeto de lei destinado a salvaguardar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, muito embora só fossem reconhecidos os bens que representassem o passado, tendo como objetivo a perspectiva museológica.

Não obstante a preocupação tardia com relação ao Patrimônio, temos por objeto de estudo o município de Alagoa Nova. No desenrolar das seguintes páginas, buscamos uma breve historiografia em torno do conceito de Patrimônio Histórico, no sentido de descrever uma nova perspectiva e que seja capaz de criticar, refletir e analisar sobre nossa história e nossa memória.

Considerando a preocupação que nos instiga a dar um basta na negligência com o trato de nossa história e de nossa memória, que faz Alagoa Nova se tornar vítima de descaso e de tomar para si o perigo de não ter no futuro quem lembre de seu passado é que lançamos esse estudo, a fim de provocar o debate local capaz de levar ao conhecimento de todos uma nova identidade cultural.

Faremos isso com base em fatos relatados por pessoas que presenciaram, de certa forma, as notícias de Alagoa Nova; ainda com fotos e/ou gravuras de cunho verídico que sirva de comprovação e através de documentos públicos e/ou particulares; com o objetivo principal de fazer um levantamento de bens públicos ou privados, para que se transforme em patrimônio da humanidade.

Nesse primeiro momento, as atenções devem se voltar especificamente para as questões de tombamento, restauração e articulação de grupos culturais de Alagoa Nova-PB.

2.1 - PATRIMONIO HISTÓRICO

De acordo com o que foi expresso, a preocupação com a problemática do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico é recente, se considerarmos os 500 anos do Brasil e só nos anos 80 surge essa revalorização, se é que pode-se dizer isso, e a revalorização é fruto não só do resguardar, mas da lógica capitalista, que mercantiliza pessoas, objetos, obras e até os bens culturais, que antes de ser visto como cultura e história, é visto como poderoso objeto de mercado, quando exposto à ótica do turismo.

Paradoxalmente, a empresa turística que revaloriza o Patrimônio Histórico, ao mesmo tempo tem sido causa da descaracterização do sentido e valor original, pelo lucro, reproduz, padroniza e artificializa saberes variados. Não obstante essa digressão, definiremos e delimitaremos aqui o conceito de Patrimônio Histórico. É necessário saber isso para poder fazer uma crítica reflexiva no tocante ao Patrimônio Histórico de Alagoa Nova.

Definiremos de Patrimônio Histórico um conjunto que tenha interdependência entre os diferentes bens culturais. É assim que A. C. Lemos em *O que é Patrimônio Histórico*, premissa e pressupõe haver o fato relação múltipla e interdependente. Varine Bohan nos propõe um conceito de patrimônio cultural: elementos naturais, do meio ambiente e recursos naturais; os elementos técnicos, saber e fazer por fim; 3º) elementos referentes a coisas (esse é o mais abrangente).

De acordo com Varine Bohan (1975), citado por Lemos (idem), temos o conceito de patrimônio cultural definido a partir de três elementos característicos, relacionados e interdependentes; a terceira categoria citada acima é a que inscreve o dito Patrimônio Histórico e Arquitetônico, objeto de análise aqui empreendido.

Antes de operacionalizar e interpretar Lemos (1 ibdem), chama a atenção para distinguir entre artefato e fragmento de determinado Patrimônio Cultural. O artefato é o objeto cultural determinado dentro do seu contexto natural/cultural; ao se dissipar é fragmentado, tornando-se apenas museológico. Por essa reflexão, Lemos diz que Patrimônio Cultural oficial é aquele que reúne legalmente poucos e escolhidos bens culturais condignos de serem preservados à posteridade, sem fragmentação para não haver descaracterização.

Antes da revisão histórica da evolução do conceito de Patrimônio Histórico Cultural no Brasil, outros dois precisam ser expostos: registro e preservação.

Lemos, por fundamento teórico, diz que: "... registrar é sinônimo de preservar, de guardar para amanhã informações ligadas às relações entre elementos culturais que não têm garantias de permanência". (LEMOS, 1982, p.29)

Assim, conforme o autor, entendemos o registro de um determinado Patrimônio Cultural, enquanto uma medida de acautelamento no sentido de proteger, guardar e resguardar para a posteridade permanente, os diversos elementos e suas múltiplas relações e inter-relações para a memória ativa do município de Alagoa Nova.

Lemos teoriza a segunda categoria dizendo que:

“... preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”. É fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aqueles sabidamente condenados ao desaparecimento, decorrente da especulação imobiliária”. (LEMOS, 1982, p.29)

Assim, preservação é mais que registro, tombamento ou acautelamento de um bem determinado. Perpassa as formas específicas até chegar a uma ampla compreensão de nossa memória social como num todo.

Ora estabelecidos os conceitos de registro e preservação, Lemos ainda fala de processo de setorialização, fragmentação e compartimentização do Patrimônio Cultural. Assim, nos faz perceber que a fragmentação é questão de princípio de preservação e de interesses econômicos e mercadológicos. Preservar consiste em lucrar (faz a artificialização).

Lemos vai mais além e fala de interesses distintos:

Os historiadores, os arqueólogos, os antropólogos, os músicos, os intelectuais variados, sempre procuraram preservar, de um jeito ou de outro, bens culturais ligados ao seu campo de ação. (LEMOS, 1982, p. 29)

Lemos diz que o pioneirismo da vontade de tratar com respeito e responsabilidade o Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico do Conde Galveios, que em meados do século XVIII, em 1742, expressou essa sua preocupação em carta ao então governador de Pernambuco, onde falava de salvaguardar o Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico nacional. Mas essa sua tentativa foi particular e silenciosa e permaneceu até os anos 20 do neocolonialismo, quando surge o primeiro Projeto de Lei, em 1923, do deputado Luís Cedro, da Inspeção dos Movimentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, com o objetivo específico de salvaguardar apenas os imóveis de valor histórico ou artístico.

A partir de 1936, Mário de Andrade, em seus escritos, estabelece o conceito de Patrimônio Histórico e, amplamente concebido em 1937, tornou-se um Projeto de Lei. Parte desse projeto dizia que:

(...) todas as obras de arte puras ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, devem ser reconhecidas como um patrimônio da humanidade. (ANDRADE, 1936-1945)

Passa a ser entendido agora, que Patrimônio Histórico é a sua totalidade e não apenas fragmentação e as concepções de Mário de Andrade são acatadas e surge em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Sob o Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, oficialmente é dada a seguinte definição:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (MEC, SPHAN, 1980)

Só em meados dos anos 70, surge o conceito ambiental urbano, definido como sendo “(...) um bem cultural composto de mil e um artefatos relacionados entre si que vão desde aqueles de uso individual, passando por outros de utilidade familiar, a começar pelas moradias, até os demais de interesse coletivo”. (LEMOS, 1982, p.47)

Em final dos anos 70, deu-se a criação do Centro Nacional de Referência (CNRC) e onde, dessa mesma renovação, se estabelece o resgate do conceito de Patrimônio Cultural, inicialmente pensado por Mário de Andrade.

Assim, dados a conhecer a evolução do sentido amplo de Patrimônio Histórico Cultural e Arquitetônico, podemos agora avançar, no sentido de analisar e perceber o que se tem feito ou não para que o município de Alagoa Nova possa ter sua história vista, ouvida e escrita, como memória para futuras gerações. Fazer saber que, apesar das destruições e da falta de conscientização, ainda se pode fazer valer o artigo.

2.2- O LUGAR DE PATRIMÔNIO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.

Abrimos essa discussão de uma maneira mais informativa dizendo que, em seu significado mais primitivo, a palavra patrimônio tem origem atrelada ao termo grego pater, que significa “pai” ou “paterno”. De tal forma, patrimônio veio a se relacionar com tudo

aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido para seus filhos. Com o passar do tempo, essa noção de repasse acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais que estão intimamente relacionados com a identidade, a cultura ou o passado de uma coletividade.

Essa última noção de patrimônio passou a ganhar força no século XIX, logo que a Revolução Francesa salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem refutar o esquecimento do passado. Nesse período, levando-se em conta as noções historiográficas da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa. Sendo assim, a preservação do passado colocava-se presa a uma noção de “melhoria”, “evolução” e “progresso”.

Além dessas primeiras noções, o conceito de patrimônio também estava articulado num leque de valores artísticos e estéticos. Preso ainda à construção de monumentos e esculturas, o patrimônio deveria carregar em seu bojo a tradicional obrigação que a arte tinha em despertar o senso de beleza e harmonia entre seus expectadores. Com isso, as produções artísticas e culturais que poderiam evocar a identidade e o passado das classes populares, ficavam plenamente excluídas em tal perspectiva.

Avançando pelo século XX, observamos que as noções sobre o espaço urbano, a cultura e o passado, foram ganhando outras feições que interferiram diretamente na visão sobre aquilo que pode ser considerado patrimônio. Sobre tal mudança, podemos destacar que a pretensa capacidade do patrimônio em reforçar um passado e uma série de valores comuns, acabou englobando outras possibilidades que superaram relativamente o interesse oficial do Estado e as regras impostas pela cultura erudita.

A conceituação atual do patrimônio acabou estabelecendo a existência de duas categorias distintas sobre o mesmo. Uma mais antiga e tradicional refere-se ao patrimônio material, que engloba construções, obeliscos, esculturas, acervos documentais e museológicos, e outros itens das belas-artes. Paralelamente, temos o chamado patrimônio imaterial, que abrange regiões, paisagens, comidas e bebidas típicas, danças, manifestações religiosas e festividades tradicionais.

Numa definição mais abrangente podemos dizer que o Patrimônio Cultural Intangível ou Imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidade, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

A proteção constitucional dos bens imateriais evidencia a importante valoração que a sociedade tem feito acerca desse patrimônio, recentemente reconhecida como bem

cultural, e a necessidade que a mesma tem de querer assegurar que os seus bens culturais imateriais sejam transmitidos para os presentes e futuras gerações.

Assim, deve o Direito atender a necessidade de efetivação desse importante direito, que entendemos ser de terceira geração, ou seja, é uma aspiração que a sociedade ainda não implementou satisfatoriamente, tal como as demais normas ambientais, apesar de reconhecida sua importância pelas pessoas, necessitando o Poder Público empreender todos os esforços para assegurar o direito ao patrimônio cultural imaterial, de modo que os próprios indivíduos, reconhecendo sua identidade cultural, possam se identificar como cidadãos e, assim, contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade ao promover a auto-estima coletiva, através de sua cultura.

A necessidade de se estudar o Patrimônio Cultural na construção da identidade da cidade, fez com que surgisse uma questão básica “o que é patrimônio histórico?”; diante desta indagação partimos da premissa de que nem só de cidades e monumentos é formado o Patrimônio Histórico. Isso por que o conceito de Patrimônio Histórico não está mais restrito ao dito “patrimônio edificado”, constituído de bens imóveis, representados pelos edifícios e monumentos.

Então, ao estudarmos o Patrimônio Histórico percebemos que o mesmo se estende muito além do patrimônio arquitetônico, de modo que se torna um conjunto de bens que atestam a História de uma determinada sociedade seja ele um bem tangível e ou também seja ele um bem intangível. Aguirre (1997:204) afirma que “é difícil definir um conceito de Patrimônio, pois este termo envolve amplos e diferentes campos. O homem comum, quando quer dar um sentido de valor a alguma coisa diz que é um patrimônio”.

Mas há um ponto comum em todas as possibilidades conceituais, o Patrimônio é algo de valor, que se transmite e do quais todos nos utilizamos seja individualmente ou coletivamente.

O conceito de patrimônio cultural é muito recente no Brasil, sua efetivação vai se dá a partir do movimento literário e político denominado modernismo. A preocupação com a preservação do patrimônio cultural data, no Brasil, do início deste século.

Apesar de alguns escassos registros do tema ter sido levantado anteriormente, é somente no início deste século que ações efetivas ocorreram. Então o patrimônio é um conjunto de valores representado pelos símbolos e significados que se projeta no espaço geográfico tornando segundo Lenz apud Santos:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante as quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A

linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (Santos, 1999, p. 40)

Podemos dizer que, os estudos sobre o patrimônio, estão em sua grande maioria voltados para discussão: territorial, ambiental, museográfica, político-administrativo, didáticas, áreas social e cultural. A questão é que o patrimônio é na verdade um reflexo da sociedade que o produz, sendo muitas vezes necessário esclarecer que ele nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos pelos quais o patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos ou culturais.

Assim, com referência ao Patrimônio podemos atribuir o que sugere Bourdieu com relação à cultura, existe apenas um Patrimônio, o Cultural, do qual se apropriam de forma diferente a cultura dominante e a popular. Cada uma delas selecionando e potencializando de acordo com suas identidades.

“ a idéia de Patrimônio Cultural, quando envolve todos os aspectos da atividade humana, conduz a uma revalorização do natural, do meio-ambiente como algo relacionado ao homem e manipulado por ele. O homem em interação com natureza domina suas espécies, o meio geográfico e o ambiente. Controla, consciente ou inconscientemente, o habitat onde desenvolve sua vida potencializando umas espécies em detrimento de outras. Neste sentido, o meio-ambiente está intimamente relacionado com o cultural e portanto com as produções do homem” Aguirre (1997:205)

O tratamento do Patrimônio Cultural sofreu no século XX a necessidade de uma abordagem além dos aspectos materiais quanto a sua categorização. Num dado momento observou-se que em determinadas situações diante, por exemplo, de uma estrutura construída, não eram seus aspectos arquitetônicos portadores de real valor, e sim o modo e forma como a pessoa humana manifestava-se naquele ambiente, denominando-se assim, o espírito do lugar.

Com isso, iniciou-se um novo olhar sobre o patrimônio cultural, passando-se a notar que em determinados lugares, o que há de maior valor é algo de natureza intangível, neste caso, as formas de agir, saber, fazer e criar, num dado espaço. E, além disso, passou-se a verificar podem-se definir os aspectos da identidade e memória de determinada coletividade local, regional ou nacional, como intangível, independente de ser material o bem.

Esse bem imaterial nasce da intervenção da pessoa humana no meio ambiente, construindo sua identidade e memória enquanto indivíduo e coletividade, para cada povo e

nação. Há uma rica diversidade cultural, como visto, a qual deve ser dada continuidade, imprescindível à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

É preciso possibilitar-lhes o direito à memória, a cultura e o acesso ao patrimônio cultural imaterial, fundamentais para o equilíbrio do meio ambiente em que a sociedade está inserida. Nesse sentido, a própria Constituição Federal de 1988 prevê a proteção do patrimônio cultural brasileiro, nomenclatura que doravante recobre aspectos que o Decreto-Lei nº25, de Dezembro de 1937 denominava “fatos memoráveis da história do Brasil, e de excepcional valor”, agora reconhecidos como fatores essenciais da formação da identidade nacional e das múltiplas identidades brasileiras.

Não por acaso, o Brasil tornou-se, em 2005, signatário da Convenção Internacional sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cujos objetivos e princípios diretores prevêm a obrigação de “promover o respeito da diversidade das expressões culturais e a tomada de consciência de seu valor nos níveis local, nacional e internacional”, além de” reafirmar a importância da conexão entre cultura e desenvolvimento para todos os países”.

A proteção e a preservação do patrimônio cultural imaterial trazem tudo àquilo que tem significado, valor para as sociedades, passando-se da visão material para o imaterial, onde observamos a ligação intrínseca entre este bem ambiental e a sociedade. Tudo isso depende da integração da coletividade e do Poder Público, ultrapassando as políticas públicas culturais e observando a relação deste bem como formador da identidade e memória nacional, e, portanto, indissociável de seu povo.

Igualmente, os fatores sociais e econômicos geram reflexos sobre os bens culturais e vice e versa, sendo necessário o cuidado para a manutenção do equilíbrio deste meio ambiente em que vivemos (integração do natural, cultural e artificial).

O conceito de Patrimônio Cultural então envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo homem, pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e bem-estar, o espaço geográfico natural está impresso pelo resultado da ação do homem, o que nos leva a inferir que tudo que representa a impressão seja no nível material, ou simbólico (imaterial), representa uma interferência humana que significa cultura, que por sua vez também é Patrimônio Cultural.

Portanto, é bem possível que setores políticos e históricos tornem-se fatores determinantes para a formação de um conceito de patrimônio cultural, desta forma podemos afirmar que são através das transformações históricas que esse patrimônio é constituído.

É interessante ressaltar que a criação no século XIX, de um patrimônio nacional, serviu para criar aspectos comuns a todos que habitavam um mesmo território, ou seja, na tentativa de unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns resultando na imposição de uma língua nacional, de uma identidade própria que se sobrepõe a uma memória particular e regional.

O patrimônio passa a representar constantemente uma coleção simbólica e unificadora que procura dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presente em um mesmo território fossem diversos tornando difícil essa unificação, ou mesmo tornando-a homogênea. O patrimônio cultural nada mais é do que uma extrema e ordinária construção social e de grande importância política, pois, são a partir dessas construções sociais que as identidades são construídas.

Então, qualquer definição que surja de patrimônio remete a um fator comum, o de patrimônio humano, ou seja, tudo o que o homem faz, não importando as definições de estratificação que podem nos apresentar, possa produzir. Essa relação em que o homem mantém com a natureza produz suportes essenciais que permitem a aproximação dos valores culturais dele próprio consigo mesmo.

É evidente que, ao pensarmos sobre a nossa herança cultural como um lugar representado pela memória devemos necessariamente construir e preservar o patrimônio, portanto, isso se deve a muitos determinados fatores as que se estruturam as políticas públicas, voltadas à proteção e valorização do patrimônio cultural e também a própria conceituação do que realmente seria cultura.

Pois, a história que foi criada sobre o Brasil, no século XIX, demonstra um lugar de exclusão e diferenças sociais existentes de fato na sociedade. Nesse panorama é compreensível a distância do patrimônio cultural para com a população brasileira pelo fato dela não reconhecer nem um método específico do assunto.

Então, só em 1980 através dos movimentos sociais em relação à busca da democratização brasileira e também da formação da cidadania é que a maioria da população vai se vê como agentes construtores da sociedade, da sua própria história e também da sua própria cultura.

A presença de medidas que se valoriza o patrimônio brasileiro inicia-se com intelectuais modernistas, oriundos do movimento denominado “Semana de 22”, que encontram no país colonial as nossas raízes sócio-culturais, o nosso lastro de identidade nacional. Essa proteção do patrimônio cultural possibilita a vinculação da vitalidade de uma cidade, entendida a cidade como fórum privilegiado de decisões e planejamento local.

A esse respeito podemos entender a discussão do patrimônio cultural a partir da gestão da cidade, ou seja, serão englobados todos os aspectos econômicos, políticos e sociais que de uma forma ou de outra influenciaram para uma possível identidade local, então, ao afirmarmos que as cidades e o patrimônio são entidades e sistemas cujas variações são consideradas indissociáveis entre si, pois uma está ligada a outra, mesmo que seja por abordagens diferentes.

Então esse estudo faz refletir sobre como o patrimônio cultural ligado aos núcleos urbanos e que são capazes de produzir ou reproduzir sucessivamente a construção de uma identidade própria que até certo ponto foi tida como única, verdadeira.

Trata-se de alternativas em que a sociedade legitima seus ideais de acordo com os critérios estabelecidos e, para isso, são usados as representações simbólicas e seus significados unificando esse propósito. O que está em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, ou seja, é oficializar publicamente a identidade alagoa-novense.

CAPÍTULO III

“O tempo é a imagem móvel da eternidade imóvel”.

(Platão – Filósofo grego)

CAPÍTULO III

III - HISTORIA QUE SE CONTA, MEMÓRIA QUE SE (RES)- GUARDA

O patrimônio como parte integrante da memória social, é também considerado um campo de conflito simbólico da sociedade no qual se registra o jogo da memória e esquecimento. O termo “Memória” nos remete a várias áreas do conhecimento e a vários entendimentos de sobre o que está se falando.

Portanto, a expressão “Lugares de memória”, também possui essa característica de ser um conceito atribuído ao cultural. Temos como definição de lugares de memória, entre outras não lembradas aqui: o local onde está instalado o dispositivo biológico que permite que tenhamos memórias; os espaços previamente montados para abrigarem memórias ou para remeterem à memória; outros lugares há que remetem à memória de alguns ou alguém; há também os espaços, lugares que sem serem físicos, guardam memória o qual atribuímos ao patrimônio cultural intangível.

Estudar a memória fortemente constituída, como a memória local, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação de acontecimentos seja ele individual ou coletivo e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igreja, aldeias, regiões, famílias, e etc.

É interessante ressaltar que a referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território, eis as duas funções essenciais da memória comum. O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história.

Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado e um sem-número de referências associadas. É assim que esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionais da história das diferentes organizações de que são membros.

Os espaços a priori já estão recheados de memórias, porém quando são transformados em lugares, agregam a si outras memórias mais, o espaço é uma acumulação de tempos ou como já dizia o geógrafo Milton Santos (2002, p. 22) “... o espaço aparece

como coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso, essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico”.

A princípio podemos definir a memória coletiva como um conjunto de elementos estruturados que aparecem como recordações, socialmente partilhada, de que disponha uma comunidade sobre sua própria trajetória no tempo, construída de modo a incluir não só aspectos selecionados, reinterpretados e até inventados dessa trajetória como, também, uma apreciação moral ou juízo de valor sobre ela.

Em ambos os níveis, tais ingredientes se modificam no tempo segundo mudem as solicitações que, em diferentes situações histórico-sociais façam passado às instâncias organizadoras da consciência social.

Desta forma podemos então perceber que uma determinada construção aparece como recordação porque, na verdade, são os próprios indivíduos que podem lembrar ou recordarem-se, essas lembranças fazem com que, o sujeito necessite criar símbolos para que legitime essas recordações, daí que o patrimônio é um meio pelo qual se consegue transmitir os significados que um determinado grupo deseja passar para a população.

Então, nesta perspectiva a memória condiciona uma abordagem puramente historicista em que, as condições de construí-las são mutáveis as quais representam as relações políticas, de modo que cada indivíduo irá a partir desse segmento construir seus próprios ideais. Desta forma é a valorização que a sociedade da ao passado, assim, a memória torna-se cada vez mais significativa ao representar o que foi vivido pelos segmentos sociais mobilizando o mundo dos indivíduos.

O passado então é construído de fantasias parecendo cada vez melhor que o presente, ele aflora idealizado por que reconstruído por nós que já não somos o que éramos e, movido pela nostalgia, queremos que ele nos trouxesse de volta as sensações já vividas.

Nesse sentido por caminhos diversos se encontram a memória particular e coletiva, desta ligação nasce à possibilidade do surgimento de uma identidade individual e coletiva, uma vez que a identidade é uma forma de os indivíduos e a sociedade recomporem a relação do presente e do passado para manter o equilíbrio emocional.

Entretanto a percepção através do senso comum coloca o patrimônio histórico a prédios, monumentos e outras edificações de notável valor histórico-arquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade devem ser preservado, entretanto, o patrimônio histórico como foi ressaltado não pode ser constituído apenas de bens visíveis, pois um determinado lugar pode representar diversos significados cultural para um determinado

grupo de pessoas, de modo que aquele sentimento representará um patrimônio intangível, individual ou coletivo representado pela memória.

Logo, nessa perspectiva consideramos a memória não como algo imutável e repetitivo, mas como uma possibilidade de reflexão sobre o passado através de sua representação no momento presente. Por isso a constituição de uma memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado.

Nesse viés, o conhecimento da história de grupos sociais ou de sociedade distintas da nossa definiu uma memória que foi utilizada para rememorar ou glorificar o passado de grupos dominantes, fazendo se esquecer da dimensão crítica de sua construção e do uso desse passado nos dias de hoje.

Por isso muitas vezes perdemos de valorizar alguns artefatos culturais, em razão dessa construção histórica, em que culmina na valorização apenas do visível. Sendo assim, a nossa perspectiva é a de que a memória seja entendida enquanto objeto de conhecimento e que através disto consiga passar os seus valores culturais.

Essa representação só é possível através da memória, ou seja, a lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. Nesta perspectiva é interessante ressaltar que, a memória é a garantia de nossa própria identidade do nosso próprio “eu”. Entretanto, precisamos observar que a memória tem seu espaço coletivo, ou seja, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da História de uma determinada sociedade.

A memória guarda todas essas características, o patrimônio mundial material atua como um estímulo para nossa memória e cristaliza em suas manifestações a especificidade de uma cultura, desta forma a sua vocação universal. É como diz Chauí:

“O mundo existe para os homens e pelo fazer humano, tornando-se o homem contemporâneo daquilo que produz - linguagem, trabalho, bens, ciências, artes- isto é, o mundo é mundo cultural. A cultura se torna, portanto, a captura mais perfeita do tempo e da história, na medida em que submete o fluxo temporal das coisas à ação temporal dos homens, que fazem sua própria história ainda que não o saibam e em condições que não escolherem. Nesta perspectiva, a história tanto pode ser concebida como memória- a maneira grega de narrar o que é memorável para imortalizar os mortais- quanto como trabalho- à maneira dramática cristã na qual o curso do tempo é resgate da eternidade. E pode, enfim, ser concebida como trabalho memorioso que põe todos os acontecimentos na ordem do dia espiritual do presente” (Chauí, 1982, p. 58)

Inevitavelmente, podemos associar a partir desta citação, o fazer histórico como um ato de investigação-testemunho, o qual a memória é um dos suportes essenciais para encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade. Isso por que a memória liga diretamente à lembrança das vivências, e esta só existe quando laços afetivos criam o pertencimento ao grupo, e ainda os mantém no presente, desse modo podemos compreender que o fator que irá determinar a valorização de um lugar vai está condicionado a qual dimensões de pertencimento social, criando pelos laços foram vividas no campo das lembranças.

Por esse motivo não devemos esquecer de que a busca incessante para se entender a identidade está diretamente ligada aos elementos da memória, essa é uma das necessidades ou atividades fundamentais da sociedade humana até hoje, então, é a partir das lembranças que podemos entender o surgimento das identidades, agora, deve-se ressaltar que todas as identidades estão ligadas às transformações políticas, sociais e econômicas de uma determinada sociedade.

Essa relação entre memória e identidade é posta por que não podemos considerar a identidade como um dado pronto, um produto social acabado, ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanentes transformações, isto é, enquanto processo, sendo assim a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo.

A soma de todos esses valores através da memória é demonstrada pelos significados e símbolos e estão projetados no espaço geográfico, ao ponto dessa apropriação gerar identificações próprias em que o sujeito irá se encontrar consigo mesmo e irá se titular esse sou eu, esse é o meu lugar, esse somos nós, essa é nossa maneira de viver, essa é nossa forma de agir, então, essas práticas criam um identidade cada vez mais forte de modo que ela torna-se símbolo de representação da identidade local de uma determinada região.

O que vai tornar o lugar atraente é a cultura de sua gente, o jeito que esse povo encontrou de estar e ser em sua existência, em seu espaço, vivendo sua realidade. Lenz apud Santos diz:

“ Para mim a terra natal não é exatamente o lugar onde nossos mortos estão enterrados; é o lugar onde temos as nossas raízes, onde possuímos nossa casa falamos nossa linguagem, pulsamos os nossos sentimentos mesmo quando ficamos em silêncio. É o lugar onde sempre somos reconhecidos. É o que todos desejamos, no fundo do coração: sermos reconhecidos e bem recebidos sem nenhuma pergunta.” (SANTOS:2002)

Essa questão enfoca que as lembranças enquanto foco de relações sociais, são voltadas para o estudo da formação do patrimônio cultural e que são mantidas nos diversos grupos de referência e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religião, e por fim da experiência histórica.

Dessa maneira não basta apresentar apenas um simples sentido do passado, mas capta através da história as construções que a memória representa, enquanto produtora e reprodutora de símbolos e significados.

Porém, nossa perspectiva é a de que a memória seja entendida enquanto objeto de conhecimento e que no caso proporcione aberturas para a produção e reprodução de uma valorização cultural ao ponto de torná-la um patrimônio. Diante do discutido podemos compreender que a memória, não é apenas o falar da vida, mas, é falar também do seu reverso, do esquecimento, dos silêncios e etc. É o que nos diz Plutarco in Detiënne:

“Esquecimento ou silêncio, é a potência da morte que se ergue frente à potência da vida, Memória, Mãe das Musas. Por trás do elogio e da censura, o par que representa fundamentalmente as potências antitéticas é formada por Mnemosyne e Léthe e que uma não existe sem a outra porque” quando as Musas dizem „Verdade” anunciam, ao mesmo tempo, o „esquecimento das desgraças, a trégua das preocupações”” (Detiënne, ano 1988, p. 20 e 40)

Ainda hoje, vemos que os governos assumem o papel de preservar e determinar a construção dos patrimônios de uma sociedade. Uma gama de técnicos, acadêmicos e funcionários é destinada à função de preservar todos esses itens, que articulam e garantem o acesso às memórias e experiências de um povo. Com isso, podemos ver que o conhecimento do patrimônio abarca uma preocupação em democratizar os saberes e fortalecer a noção de cidadania.

Com a diversificação dos grupos que integram a sociedade, podemos ver que os patrimônios também incentivam o diálogo entre diferentes culturas. Não raro, todas as vezes que fazemos um passeio turístico, temos a oportunidade de contemplar e refletir mediante os objetos e manifestações que formam o patrimônio do lugar que visitamos. Nesse sentido, a observação dos patrimônios abre caminho para que tenhamos a oportunidade de nos reconhecer e reconhecer os outros.

A coletividade pode participar na preservação do patrimônio cultural fundamentalmente de três maneiras: na apresentação de projetos de lei; na fiscalização de execução de obras e na proteção legal.

Na propositura de lei municipal os cidadãos, em número que preencham os requisitos do art.29, XI da Constituição Federal, poderão apresentar projetos de lei de interesse específico do município.

A iniciativa popular poderá também ser exercida pela representação à Câmara dos Deputados de projetos de lei, desde que preencham o número de eleitores referido no art.61, §2º da Constituição Federal.

Poderão também os cidadãos fiscalizar a execução de obras que podem causar impacto ao meio ambiente ou ao patrimônio cultural, acompanhando os estudos de impacto ambiental e seu relatório, nos termos da legislação ambiental que protege o meio ambiente, no qual não se pode incluir o ambiente cultural (interpretação ampla da Lei 6.938/81).

Por último, a coletividade pode proteger juridicamente o patrimônio cultural através da ação civil pública prevista na Lei 7.347/85, a qual rege as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, entre outros ao meio ambiente (I) e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (III).

A ação civil pública pode ser proposta pela União, Estados, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista, o Ministério Público e associações que estejam constituídas pelo menos há um ano e tenham entre suas atividades a proteção ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outras (art.5º).

Ainda, através da ação popular (Lei 4.717, 29.6.65) poderá o cidadão sozinho pleitear a anulação de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista de fundações etc., considerando-se como patrimônio público os bens de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico (art.1º, caput e §1º).

Portanto, o cidadão consciente poderá participar diretamente da preservação do patrimônio cultural mediante as possibilidades supra indicadas sozinho, formando ou associando-se a alguma entidade.

O patrimônio cultural de uma nação, que compreende o artístico, estético, histórico, turístico e arqueológico é importantíssimo para a sua própria sobrevivência, de forma que deve ser protegido por seus cidadãos, os quais têm a obrigação de conhecê-lo, bem como saber como protegê-lo.

Somente com ações concretas de proteção conseguiremos barrar os atos de vandalismo e depredação de aspectos de nossa cultura, de forma que é fundamental que cada um de nós tenha ciência da importância de nosso patrimônio cultural e de como

protegê-lo, conhecendo os mecanismos administrativos e legais a serem utilizados para este fim.

Uma nação que não conhece, não preserva e não valoriza seu patrimônio cultural é uma nação sem “alma e sem sentido”, que fatalmente estará fadada a se extinguir.

3.1-CONTANDO HISTÓRIA E ESCREVENDO A MEMÓRIA DE ALAGOA NOVA-PB

A história oral e a memória de Alagoa Nova-PB, são contadas basicamente desde o início do século XX, tomando por base sua economia à agricultura, sendo a cana-de-açúcar seu principal produto. Em se tratando de seu patrimônio especificamente seja o arquitetônico ou o cultural, vem ao longo de pelo menos dois séculos se degradando pelas mãos do tempo ou pelas mãos de particulares ou pelo próprio poder público, que não trabalha com vistas à preservação ou conservação de seus valores históricos.

A idéia de trazer a discussão da oralidade a baila se deu quando começamos a analisar o decorrer da decadência do patrimônio do município bem como a falta de registro de sua história, por conta da queima de seus documentos quando da Revolta de “Quebra Quilos”.

Utilizamos então as “conversas” que tivemos com pessoas que de certa forma direta ou indiretamente, já havia estudado ou presenciado o auge e a ruína da história de um município que nasceu sendo necessário a outras localidades e que ao passar dos anos se viu isolada das demais. Aqui se encaixam as falas de moradores, professores e principalmente idosos.

Outro propósito para esse trabalho é utilizá-lo em sala de aula como material didático, especialmente nas escolas do município de Alagoa Nova, para que os alunos também possam refletir sobre o que aconteceu com esse “império patrimonial”.

Sabendo-se que este trabalho basicamente está configurado a partir da história oral, trabalhamos para esse capítulo, com alguns autores específicos tais como Marieta de Moraes, Janaína Amado, Alberti Verena, Etienne François e José Borges Sales e outros. A escolha desses autores é pelo fato de eles apontarem e questionarem múltiplos enfoques para a história oral, ao mesmo tempo que indicam elemento comum à proximidade do historiador com o desenrolar dos acontecimentos que analisa, ou seja, o estudo do tempo presente.

Para alguns a história oral é uma técnica, para outros, uma disciplina e para outros uma metodologia. A opção entre esses três caminhos envolve a definição do que é historia oral de seus usos e dos seus rumos que ela poderá tomar no futuro, aos que defendem a historia oral como técnica interessam as experiências, como gravações, transcrições e conservação de entrevistas e o apuro que os cerca: os defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais, muitos são cientistas sociais, cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes(em geral escritas).

Em nosso entender, a historia oral, como outras metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho relacionados com os diversos tipos de entrevistas, as implicações de cada um deles para a pesquisa, vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho estabelecendo pontes entre teoria e a prática.

Assim, a interdependência entre prática, metodologia e teoria produzem o conhecimento histórico, mas a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais.

Se considerarmos a história oral uma técnica, nossa preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos, realização de entrevistas, etc. Se concebermos a historia oral como disciplina, há dois caminhos possíveis, ambos, a nosso ver, problemáticos: “esquecemos” as questões exclusivas da teoria, deixando de abordá-las em nossos trabalhos, ou tentarmos encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral, salienta Ferreira e Amado (1998,p.17)

No primeiro plano percebemos a memória e a história oral como sendo associadas, isto que a primeira se faz presente nas tradições e costumes de um povo, o que, conseqüentemente, é mantido pela prática da historia oral, Sobre isto, a autora Alberti, afirma que:

“A história oral é uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da historia contemporânea, surgida em meados do século XX, depois da disseminação do gravador e da fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de – ou testemunharam – acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2002, p.155).

A autora deixa bem claro que esta metodologia – a historia oral – tem um papel muito importante no que diz respeito à reação dos fatos ocorridos no passado e também no tempo presente, Alerta que as entrevistas são essenciais para o conhecimento e a

conjuntura do passado e do presente. Para ela, o simples ato de ouvir o outro para tentar compreender o outro é algo que em de bem distante, ou melhor, da Antiguidade, pois os historiadores Políbio, Heródoto, Tucídides, já usavam esta técnica para escrever sobre os povos de suas respectivas épocas.

Na década de 1960, paralelamente ao aperfeiçoamento do gravador portátil, tornaram-se freqüentes também as entrevistas de história de vida com membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam de suas experiências e formas de ver o mundo.

De acordo com Alberti (2002:157), foi à fase conhecida como a história oral “militante” e praticada por muitos pesquisadores, que identificam na nova metodologia uma solução para o que conhecemos como “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma história “inda de baixo”. Nesse período, fizeram sucesso nos Estados Unidos e na Europa, as publicações que reproduziam entrevistas realizadas com camponeses e trabalhadores, sobre sua trajetória e sua vida diária.

Para Alberti a história oral também teve seus equívocos: primeiro, acredita-se que o relato ou a entrevista já era a própria história, portanto, havia a ilusão de chegar à verdade de um povo; segundo, via-se com melhores olhos os registros daquelas pessoas que estavam em cima da escala social em detrimento dos que estavam abaixo da mesma escala.

Os exageros podem estar relacionados ao uso recente desse tipo de fonte. A história oral chegou ao Brasil em meados da década de 1970 e como desdobramento do curso começou a ser realizada, ainda em 1975, as primeiras entrevistas foram realizadas no programa de história oral do centro de pesquisas e documentação de história contemporânea no Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

A proposta fundadora do programa era estudar o desempenho das elites brasileiras, desde a década de 1930. Com as entrevistas, procurava-se conhecer os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais, os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país. (ALBERTI, 2002, p.160).

A mesma autora entende que outra iniciativa que surgiu em 1975 foi o laboratório de história oral, do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina, criado por Carlos Pederneiras Correia, professor da Universidade que assistiu ao curso e três anos depois, publicou um manual de história oral. (ALBERTI, 2002, p.161).

A criação da International Oral History Association (IOHA), em 1996, constituiu um grande avanço para a história oral. Este evento teve forte participação de pesquisadores brasileiros, que integraram inclusive a primeira diretoria da entidade.

Segundo Alberti, o debate das décadas de 1980 e 1990 procurou sistematizar as experiências e refletir seriamente sobre as bases e implicações metodológicas da história oral, contribuindo para o trabalho com entrevistas, já não seja isto com a mesma desconfiança de antes. (ALBERTI, 2002, P.162).

Atualmente é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico. Com as transformações tecnológicas, ocorridas especialmente a partir do último quartel do século XX, modificaram os hábitos de comunicação e de registros, alterando também o conteúdo dos arquivos históricos.

Além das entrevistas de história oral e outros registros sonoros. Alberti entende que a história oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentidos a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. (ALBERTI, 2002, P.164)

Ale salientar que para Etienne François, é proveitoso dizer que as contribuições da história oral, bem como os debates e discussões que ela suscita, interessam não só aos seus praticantes, mas também a toda comunidade de historiadores.

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois como já vimos anteriormente, a história oral dá atenção especial aos „dominados” silenciosos e aos excluídos da história. Em segundo lugar seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história” vista de baixo. (FRANÇOIS, 1998, p..04)

Uma das principais vantagens da história oral deriva do fascínio do entrevistado, ou melhor de sua experiência de vida. O que torna o passado mais próximo e faz da entrevista um veículo de divulgação de informações sobre o que aconteceu, cultivando inclusive o seu saudosismo. É o que podemos perceber através da fala do senhor Inácio Serafim da Costa[1] a respeito das vendas de rapadura em Alagoa Nova-PB: “Eu mesmo levava e vendia...O lugar das vendas era na feira de rapadura próxima ao canarinho. Tudo parecia uma festa de encontro com os amigos. Era muito bom”.

Uma outra questão pertinente acerca do uso da história oral é apresentada por Daniele Voldman que considera a história oral como sendo “um método que consiste em utilizar palavras gravadas”, o pesquisador deve estar atento pois esse tipo de fonte não deve ser entendido aleatoriamente. O fato da oralidade se pauta também em identificar o testemunho. A partir de um suporte de prova ou apoio pra ela.

Por este testemunho teremos indício da história oral e a ação consumada se daria por algum tipo de arquivo, estabelecendo relações entre um contexto geral e particular. A

autora defende que “as práticas e os objetivos do relato biográfico são muito diferentes das respostas dadas a um questionário estruturado para guardar vocábulos intercambiáveis”. (VOLDMAM, 1987, p. 248).

Em nossa pesquisa as entrevistas que realizamos, em sua grande maioria, norteavam-se pelos seguintes itens: informações sobre quanto tempo moravam no município e procuramos saber principalmente, os motivos que levaram a degradação do patrimônio local na opinião dos entrevistados.

Apesar do esquema prévio para as entrevistas, as conversas sempre ocorriam de forma espontânea e de modo que as pessoas se sentiam à vontade para falar ou não sobre sua história em face da decadência da arquitetura patrimonial e seus valores históricos.

3.2- IDENTIDADE E MEMÓRIA

A síntese exposta anteriormente demonstra pra nós o princípio do conceito de identidade surge em caráter nacional, pelo fato do Brasil no século XIX, está passando por uma transformação política, econômica e social rumo à modernização, então, é a partir dessa perspectiva que o Brasil necessita urgentemente de se legitimar enquanto nação modernizada e a partir desses preceitos começam a se criar uma identidade de ser cidadão brasileiro, era na verdade a legitimação de uma identidade própria em que inserisse o país em competitividade com os países europeus uma nação homogênea, de um povo unificado.

O conceito de identidade deve articular-se ao de memória quando se trata de preservar lugares com sentido de patrimônio cultural. Há diversas definições de identidade, mas geralmente a formulamos como conjunto de características que tornam algo inconfundível; a memória refere-se ao papel evocativo dessas características. Os traços identificadores dos lugares funcionam como símbolos atuantes na construção da memória social através de sua associação a eventos expressivos da história coletiva.

Assim, a articulação entre identidade de bens culturais e memória dos povos passa por processos gerais de aprendizagem; a preservação desse tipo de patrimônio deve estar em função de expô-lo aos indivíduos que, ao reconhecê-lo, podem edificar suas histórias.

A identificação de certo lugar depende de que ele se apresente de maneira clara e indiscutível às pessoas. Se isso ocorrer no cotidiano, teremos transmissão mais ampla e irrestrita de informações espaciais necessárias à construção da memória coletiva do que se resguardarmos tais exposições para situações extraordinárias e áreas especiais.

É baseados nestes conceitos que buscamos na História Oral um viés para elaborar melhor o nosso estudo e o nosso elenco de personagens através de entrevistas para que nos possibilitasse uma análise de algumas falas.

Sobre a questão da entrevista como subsídio para pesquisa, nos baseamos no pensamento de Alberti ao ressaltar que:

“O primeiro passo é o contato com o entrevistado, a fim de consultá-lo sobre a possibilidade de conceder o depoimento. Esse é o momento de explicar-lhe o objetivo da pesquisa e o método de realização das entrevistas.” (ALBERTI, 2006, P.176)

Após o contato inicial, realizamos as entrevistas e buscamos problematizar as falas dos entrevistados. Nenhuma pergunta foi feita aos entrevistados sem que os mesmos não soubessem do que estava em questão, o que facilitou as respostas.

Assim, deixamos os entrevistados livres de qualquer interferência e as perguntas feitas foram às mesmas, a saber: Quanto tempo trabalhou residia no município? Gostava do lugar onde morava atualmente? Como era a convivência no local com outras pessoas? Se participava das festividades da cidade? O que mais o deixava saudosista em relação há outros tempos dentro do município? Se as ações de particulares e a omissão do poder público o deixava incomodado em não se preservar e conservar o Patrimônio histórico, cultural e arquitetônico local? Se o entrevistado achava de acordo manter no currículo escolar uma disciplina voltada para o conhecimento e re-conhecimento do município?

Durante as entrevistas procuramos estabelecer um diálogo de forma descontraída com o diácono da senhor Ladislau Nogueira¹, o qual nos relatou sobre momentos de sua vida no Município e que transcrevemos:

“Nasci e cresci por aqui, vivi desde menino até hoje por essas terras. Boa parte de minha vida me dediquei as questões da Igreja, quis ser padre, desisti, casei, tive filhos, e os vi crescer, tenho netos e muitos amigos. Sou diácono e no Livro de Tombo da Igreja Católica anotei cada fato que por aqui ocorreu ao longo dos tempos, as festas de padroeira, as aquisições de matérias para Igreja, os padres que entraram e saíram e com muito desgosto e tristeza a queda da Torre da Igreja em construção e depois, mesmo sentido a alegria de participei da celebração da primeira missa numa Casa de Deus tão grandiosa. Mas sinto saudade e tristeza porque o poder público destruiu e não conservou nosso cartão postal, o Arco da Feira que tínhamos no centro da cidade, a praça arborizada e a nossa Capela. Tudo foi destruído, sem falar no Coreto. Tomara que vocês estudiosos e curiosos, tomem as rédeas e contem melhor nossa história, porque eu já tô cansado e nada mais posso fazer”.

Já com relação à questões voltadas aos engenhos e suas possibilidades de trabalhos a serem desenvolvidas dentro e fora dos engenhos, vimos que são bastante diversos e que

exigem empenho e organização por parte dos envolvidos nesta tarefa, a esse respeito

Faustino afirma que:

“O universo do engenho não se resume ao fabrico de rapadura e cachaça, envolve muitas outras mãos que prestaram serviços ao engenho. São as mãos que preparam o solo e plantam a cana, fazem as limpas necessárias até a colheita. Na época da mesma, os trabalhadores são especializados nas suas funções, como o contador que conduz ops animais no transporte desde o eito até o engenho. Enquanto no seu interior outra equipe constituída por trabalhadores que exercem funções diferentes como, por exemplo, o moedor da cana, o bagaceiro, o mestre de cozimento, o fonalheiro, o alambiqueiro e tantos outros que formam uma equipe de trabalhadores cuja mão de obra é bastante especializada.” (FAUSTINO, 2002, p.18)

A partir desta afirmação observamos que o engenho é constituído não apenas de suas construções, e de sua produção, mas vai além e esbarra nas suas funções especializadas, o que significa dizer que o potencial humano é exigido e dar vazão a todas as tarefas e muito desse potencial humano eram trabalhadores que moravam em casas simples localizadas nas terras do engenho, onde podiam ao redor de suas casa plantar outros lavouras, tais como a mandioca, o milho e o feijão, eram pequenas roças que contribuía na questão da alimentação. Mas também havia outros trabalhadores que moravam na zona urbana e que só vinham ao engenho trabalhar.

O Município tem sua história basicamente alicerçada nos engenhos e não podíamos deixar de fora uma questão que hoje se desmancha de fato, sem mais a produção e sem mais inclusive as instalações. Logo buscamos o Engenho Olho D'Água da Prata que fia nos arredores da cidade e que hoje dar lugar a uma presente urbanização desenfreada e suas instalações pouco a pouco vão de degradando e desaparecendo. A isso o senhor Inácio Serafim² diz que:

“Alguns trabalhadores vinham da rua para trabalhar no engenho, e os outros eram moradores do engenho, que no total eram cinquenta e duas casas de moradores, e somavam em média umas duzentas pessoas e em média cento e cinquenta trabalhadores. Hoje só tem quatro famílias vivem na propriedade e acreditam apenas seis trabalhadores, que não é para cuidar da lavoura, mas do gado. E de resto só a Casa Grande, que quase nunca é habitada, serve apenas quando o dono da propriedade vem fazer visita no engenho, e o engenho propriamente dito de fogo apagado e que só deixa saudade em quem viu um tempo de produção grande na época boa da lavoura da cana”.

As palavras do Sr. Inácio Serafim da Costa² mostrou um ar de saudosismo e daí aproveitamos para questionar a respeito da produção e do escoamento, a qual ele nos respondeu da seguinte forma:

“Nesse tempo na época da moagem, o Engenho Olho D’Água da Pata chegava a produzir vinte caras de rapadura por dia e cada cara tinha 100 unidades. As caras eram vendidas no próprio engenho e a outra parte era transportada pra Campina Grande.”

Com atenção especial falamos com a senhora Maria Balbino de Sales³, que é da cidade e que de ouvir falar pelos seus antepassados nos conta que a cidade começou a se formar nas margens de uma lagoa, que Lea hoje vê pela janela de seu quintal. Em sua fala demonstrou todo o saudosismo dos tempos de ouro da cidade, rica de festividades e de casas imponentes com características européias e que pouco a pouco também viu todo esse patrimônio perder sua importância e seu valor para a cidade. A isso ela nos diz:

“No tempo de surgimento da cidade contam os mais velhos de minha família, que tudo aconteceu nas margens da lagoa que havia por aqui, era menor que agora, mas era importante para os tropeiros que vinham de Alagoa Grande, Areia, e muitos outros cantos, eles traziam produtos para abastecer aqui e para irem pra outros lugares como Campina Grande. Era uma época de muita fartura, deidade de engenhos de festas, de casarões enfeitados com cara de estrangeiro. Tinha aqui por perto de casa um arco bonito onde acontecia à feira e tinha ainda o Clube 21 de Abril com muitas festas pra juventude. Mas o povo começou a deixar se acabar foi tudo, do Clube ao Cais, onde os jovens namoravam, quase nada sobrou. Alagoa Nova, se parecia com Areia, mas o povo não ligou nem cuidou e de mais a mais vai é se acabar em nada. Já dizia Frei Damião que essa cidade vai se cobrir de melão”.

Mas nem todos os nossos entrevistados estavam tão saudosistas assim o Sr. Givonaldo Rufino⁴ em conversa conosco, nos disse que quando em sua época de política foi um dos primeiros a acatar e votar pela manutenção dos bens patrimoniais do Município, assim como seus pares na Câmara Municipal, mas nada não passou do papel e a Lei não é respeitada e passa de governo a governo e nada se faz.

Conforme suas palavras:

“Era o seguinte eu e outros companheiros quando na votação e na criação da Lei Orgânica do Município trabalhamos por diversos vieses para acomodar a cidade dentro de uma série de prioridades e com vistas ao seu trabalho uma de nossas preocupações foi justamente a preservação dos bens já existentes e sua conservação e um possível tombamento de algumas casas de valor arquitetônico histórico e cultural, ainda uma alavancada para pelo menos manter o Engenho Olho D’Água da Prata com um fogo aceso, senão nossas futuras gerações nada saberão de nossa cidade, outrora tão vasta de valores e tão rica de potencial humano. Os grupos de arte, também são patrimônios e especialmente o poder público devia tomar isso por base e trabalhar uma nova política de preservação. Por exemplo seu trabalho e outro serviriam de base, no entanto falta vontade política e enquanto esperamos por isso nossa cidade se afunda e se torna esquecida de bens patrimoniais, o que é lamentável”.

Assim resolvemos questionar a professora de História Ana Verônica, que inclusive já participou de movimentos com vistas à preservação e manutenção dos valores culturais da cidade. A professora Ana Verônicas, nos relatou que:

“Foram diversos os fatores que contribuíram para a decadência do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico do Município, uma das grandes questões é a política partidária, que infelizmente traz em sua dinâmica a falta de continuidade do que já existe, porque cada administrador teima em querer fazer a partir do zero e não procura valorizar o que já existe e daí começa um processo de degradação visível, por outro lado os movimentos que se levantam a ir de encontro a isso, são sempre frágeis e esbarram de novo no entrave da política partidária. É uma confusão de valores e de lutas e Omo ambas se misturam e se batem, logo nada se faz. Daí pode-se dizer que o grau de consciência já criou vários discursos, mas não um homogêneo que procure lutar por uma causa única a de conservar, preservar e manter viva a nossa história passada”.

Com isso vimos que cada qual diz se preocupar, mas nenhuma solução de fato é apontada com base teórica e prática para que nossos valores patrimoniais sejam de fato catalogados, valorizados, preservados, conservados e mantidos pelo poder público ou não.

3.3 - O PATRIMÔNIO DE ALAGOA NOVA-PB: HERANÇA DE TODOS

A nossa pesquisa discute ainda e ressalta que é importante destacar a base da estrutura administrativa do município de Alagoa Nova-PB, uma vez que é a estrutura burocrática a responsável pela execução das políticas públicas de interesse comum; portanto, também recai sobre ela a competência das políticas de preservação dos contextos ambiental, histórico e cultural do município.

Dessa forma, a estrutura burocrática administrativa do município de Alagoa Nova-PB conta com sete secretarias, com departamento e coordenadorias, definidas assim as secretarias:

Secretaria da Educação e Cultura;

Secretaria de Obras e Urbanismo;

Secretaria da Ação Social;

Secretaria da Saúde;

Secretaria da Agricultura e Abastecimento;

Secretaria de Transporte;

Secretaria de Finanças.

Para fins do objeto proposto, interessa-nos a priori, apenas as duas primeiras, visto que essas estão mais intrinsecamente ligadas ao objeto em discussão: o Patrimônio de Alagoa Nova-PB.

Cabe principalmente a Secretaria de Educação e Cultura, junto à prefeitura, o desenvolvimento de programas de educação voltadas a um contexto de cidadania e inclusão social. Desenvolver desde o planejamento pedagógico à capacitação e aperfeiçoamento dos docentes; o controle da merenda escolar; o transporte estudantil; e recuperação dos estabelecimentos de ensino. Está deve manter-se ainda, aberta aos departamentos, coordenadorias, demais secretarias, ONGs e pessoas físicas, numa parceria para eventos educacionais e/ou culturais.

A Secretaria de Obras e Urbanismos é responsável pelos serviços de recuperação de prédios públicos; coleta do lixo; iluminação; fiscalização de obras públicas e particulares; execução de obras; pavimentação de ruas; construção de praças, logradouros e moradias; melhoria das estradas urbanas e rurais; fiscalização da feira, plantio e poda de árvores; e manutenção.

Embora estejam direta ou indiretamente relacionadas às questões do Patrimônio, o fato é que essas secretarias não têm – seja por ingerência administrativa, seja pela “falta” de recursos, alegada historicamente – desenvolvido ações voltadas no sentido de proteger e resguardar o Patrimônio aqui referido, nem tão pouco no âmbito comunitário se

desenvolveu um trabalho de formação consciente e cidadão com relação à questão discutida.

O fato é que as relações do homem com o meio onde vive foi muito pouco ou quase nada estudada, o que dificultou o resguardo de certas áreas que contemplavam rios, cachoeiras, cacimbas de olho d'água. Por fim, com o rompimento da barragem Câmara, em 17 de junho de 2004, o único sítio arqueológico localizado no sítio Angelin, que tinha inscrições rupestres foi destruído, tirando-nos a chance de conhecer o nosso passado pré-histórico.

3.3.1 - CASARÕES: LUGARES DE SAUDADES

Os casarões fizeram e fazem parte da história de Alagoa Nova-PB. Eles embelezaram a zona rural e a zona urbana ao longo dos séculos, desde o surgimento do município até os dias atuais, mesmo em pouquíssimo número, ainda nos encanta pela beleza que possuem, nos remetendo a um passado distante que se avizinha do esquecimento.

Lamentavelmente, tanto casarões como outras construções e praças históricas foram demolidas pelo levianismo ou pelo desconhecimento de causa historicista de um passado distante ou recente, por parte dos representantes executivos, legislativos ou cidadãos e cidadãs comuns.

Esses patrimônios foram reformados ao longo dos anos e perderam suas características originais do estilos Barrocos e Coloniais. Vejamos alguns catalogados:



FOTO 12: Casarão de 1700- pertence à família Flor, fica na Av. São Sebastião
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO 13: Casarão de 1800- pertence à família Pereira, fica na Av. São Sebastião
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO 14: Casarão de 1700, pertencente Sr^a Ivone de Souza Silva, fica na Av. São Sebastião.

Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO: 15 Casarão de 1800, pertencente ao Sr. Ezequias e Sr^a Maria do Socorro, fica na R. Pres. João Pessoa.

Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO 16: Casarão de 1800, pertencente ao Sr. Assis Bernardo e Sr^a Maria do Carmo, fia na Av. São Sebastião

Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO 17: Casa Grande do Engenho Olho d'Água da Prata, existe desde 1700, é pertencente a família Lima
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)



FOTO 18: Casa Grande do Engenho Geraldo, existe desde 1700
Fonte: Joseilton Belarmino (2004)

Infelizmente, é como se fosse uma tradição histórica na cidade de Alagoa Nova, lamentar os fatos depois dos atos cometidos. No entanto, como o passado não se altera e o tempo não volta, faz-se necessário seguir o curso da linha histórica, tomando o cuidado de resguardar alguns valores ainda existentes e que dirão no presente e no futuro, como fora o nosso passado.

Nesse resguardar deve-se levar em consideração que, havendo necessidade, se restaure e não se reforme, pelo fato de, em breve, chegar-se ao “nexo do coisa nenhuma”. Atentemos para os prédios e construções ainda existentes e cuidemos de tombar os mais preciosos já citados, guardando assim resquícios de nossa memória.

Além desses patrimônios arquitetônicos elencados, há diversos outros aspectos materiais e não materiais, os quais o município tem tratado com total negligência. Nesse sentido lembramos como as mais diferentes personalidades, de alta significância são postos nos ostracismos e tratados com desmerecimento público, nem ao menos na Secretaria de Educação e Cultura, ou nas Escolas Municipais há algo escrito sobre eles de cunho educacional. Apesar de fazerem parte da nossa historicidade, ficam de fora do processo histórico e cultural do município.

Ora, a Lei Orgânica do Município de julho de 1990 afirma, no capítulo V, que trata da Cultura:

Art. 130 – O município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao município compete complementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual disposta sobre a cultura.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o município.

§ 3º - À Administração Municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos delas necessitem.

§ 4º - Ao município cumpre proteger os documentos as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

§ 5º - O município reservará dotação orçamentária específica, para manutenção e conservação do Teatro Municipal Otávio Lima Leite.

§ 6º - Serão criadas, nos distritos e vilas, bibliotecas públicas.

Não obstante a clara e nítida determinação de responsabilidade que estabelece a Lei Orgânica do Município, o fato é, em primeiro lugar os movimentos culturais que se

formam são, em parte, desconhecedores dessa Lei, o que facilita a negligência pública e, por outro lado, a falta de condições financeiras e técnicas causam as rupturas dos movimentos. Apesar das determinações da Lei, não se verificou em épocas passadas ou atuais, qualquer política que seja em defesa ou salvaguarda do Patrimônio Cultural local. Assim, a política cultural existente limita-se a ações isoladas e sem envergaduras.

Podemos lembrar o breve movimento cultural de 1970 e que em 1980 não mais existia. A ele serviu de palco o Clube 21 de Abril. Ainda, o movimento de 1990 a 2001, que originou o grupo de teatro Arte de Palco e a encenação da Paixão de Cristo, o Show de Talentos e a extensão do Festival de Inverno de Campina Grande e o Festival Municipal de Artes. Enfim, os tocadores de pífano dos sítios Boa Vista e Bacupari, que já tem quase 100 anos de tradição.

Isto posto, o que se verifica é um processo gradativo de profundo esquecimento e desestruturação do valioso patrimônio ora existente. Daí dizer que não há preocupação visível com o Patrimônio Cultural do Município. Por isso, mantém-se no sigilo os portadores de referências à nossa identidade cultural e os fomentadores e articuladores que sugerem o cumprimento da Lei Orgânica e insistem em persistir na divulgação dos atos culturais. Esses são cruelmente ignorados, condenados dessa forma a apodrecer no profundo abismo do esquecimento público-administrativo e por vezes até da própria comunidade local.

É preciso lembrar que Educação Construtiva e Cidadã é a que inclui pela cultura, pelo esporte e pela participação de todos.

Outro fato que demonstra importância é a questão de Alagoa Nova-PB, em 1956, ter grande potencial em cana-de-açúcar, sisal e mandioca. Nesse período contávamos com 36 engenhos de fabricação de rapadura e aguardente, 341 fábricas de cordas e 17 casas de farinha.

Hoje, temos apenas uma grande destilaria, 07 engenhos que agem como destilaria de aguardente e desses, apenas 02 fabricam rapadura em pequena escala, 02 fábricas de corda de fabricação artesanal, sendo uma na zona urbana e outra na zona rural, 01 casa de farinha de tecnologia mista, no sítio Cajueiro e outras poucas em diferentes sítios de fabricação familiar.

A causa principal disso foi o êxodo rural a partir da década de 70, que causou um inchaço na cidade e um crescimento urbano desordenado. E que, por vezes, a cidade não oferece condições satisfatórias de moradia e trabalho, entre outras.

É preciso manter o crescimento do município, mas também se faz preciso analisar os contextos que se seguem. Isso só terá possível como vistas a um estudo detalhado de culturas e diversidades. Levando-se em consideração que essa degradação e desagregação de valores, sem o devido cuidado, logo fará não existir nem fragmentos para usar como peças de museu.

É bem sabido que depois de termos feito esse passeio sobre o panorama de Alagoa Nova, não podemos fugir de conceitos ou noções que teorizam sobre a cidade, para tanto vem a baila o pensamento de Fani, “que considera o imaginário da cidade como se constituindo a partir das instituições”, ou seja, como a sociedade e os grupos sociais, que dela fazem parte atuando e construindo suas representações a qual culminará na construção de uma identidade local.

Desse modo, o mundo está condicionado às relações que o homem mantém com a natureza e da maneira como ele se constrói enquanto indivíduo, pois o homem é o responsável enquanto peça fundamental na construção e reconstrução da sociedade.

É interessante ressaltar que a cidade depende de realidades expressas pelas rupturas relacionadas não apenas a tamanho ou estatuto, como aqueles existentes entre o que é público e o que é privado, entre o que é urbano e o que é rural, então, segundo Braudel, citado em Fani: “as cidades nascem da mais antiga e da mais revolucionária das divisões do trabalho: campo de um lado, atividades urbanas de outro” (Fani,1992 p. 59).

No momento em que o homem passa a desenvolver técnicas para a sua superação de um estado antes sedentário ele passa, a realizar divisões de trabalhos, essa é uma idéia importante que queremos evidenciar: a divisão do trabalho (que pode ser mais precisa quando chamada de divisão territorial do trabalho) é uma base teórica mais complexa, que requer a informação geográfica muitas vezes difícil de obter, e ao mesmo tempo mais concreta para se compreender o que é a cidade e o que é o urbano, por que é a manifestação territorial das relações de produção, então são a partir dessa superação que se começam as primeiras cidades.

A cidade vai ser pensada como espaço que, transformado, se tornaria um meio ideal para se formar homens saudáveis, moralizados e trabalhadores, os bons cidadãos. Nessa representação a idéia da possibilidade de uma análise mais objetiva da sociedade em buscar de uma intervenção sistemática e modificadora do meio físico urbano e também da questão social que é sem dúvida outra fonte a se trabalhar.

A isso Albuquerque Jr. Responde muito bem dizendo que:

“O espaço que deixa de ser apenas espaço telúrico, pitoresco, tropical. O espaço não visto mais como imitação da natureza, mas como criação humana, configuração intelectual de formas (...) Um novo espaço preciso e indeterminado, coerente e ambíguo. Um espaço relacional, relativo ao tempo e aos sujeitos. Um espaço em movimento, em rotação, onde já não existe de forma banal, deixando de ser apenas encantamento plástico naturalista.” (ALBUQUERQUE JR., ano 1998)

Empreender este caminho pressupõe pensar para muito além do espaço, enveredando pelo caminho das representações simbólicas da urbe, que podem corresponder ou não à realidade sensível, sem que com isso percam a sua força imaginária na verdade são espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imponderáveis.

Como se sabe, a idéia ou concepção de que uma cidade seja uma metrópole vem associada a dados concretos e evidentes, tais como padrão de edificação, número de população, sistema de serviços urbanos implementados, rede viária, infra-estrutura de lazer e comercial etc.

Ver a cidade e traduzi-la em discursos ou imagens implica um fenômeno de percepção, mas que envolve um complexo conjunto de "lógicas sociais".

Por assim dizer é que o nosso estudo se tornou ainda mais instigante, percebendo essa relação do espaço urbano e rural e a construção simbólica de identidades que se misturaram a construções pessoais e coletivas, que mantidas ou não puderam merecer as páginas que oferecemos.

Corroborando com a nossa fala Camargo nos diz que:

“As políticas públicas são fundamentais, no sentido de integrar patrimônio-comunidade, uma vez que os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio construído ou potencialmente a construir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos são incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo, compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. Portanto, são os habitantes da localidade e do entorno imediato os primeiros a ser sensibilizados, com apoio na afetividade, para valorizar o patrimônio”. (CAMARGO, 2002, p. 98).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original”

(Albert Einstein – Físico alemão)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que até o presente foi discutido, verifica-se que historicamente, o município de Alagoa Nova-PB, vem passando por um visível processo de degradação do seu Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico, considerando-se o que toca ao mineral, vegetal, animal e ecológico. A degradação é mais cruel quando causa a escassez de registros, omite fatos, personagens e personalidades, impedindo o conhecimento presente e futuro.

O que é inegável é que a certeza de uma nova identidade cultural, só virá com a participação de todos os cidadãos e cidadãs, quer sejam sociedade civil ou poder público constituído. A nossa ação é pertinente e urge para que a sensibilidade dos que irão, de uma forma ou de outra, abraçar a causa seja rápida. Porque o tempo é breve e não espera os que ficam só nos sonhos, é preciso ser realista e aceitar os fatos que um povo que não preza pela salvaguarda de sua história, logo se tornará um povo sem memória, fadado a perder sua própria identidade no sentido de refrear sua própria origem histórica.

Estamos, portanto, inseridos num mundo globalizado. Mas isso não nos obriga a manter um pensamento arcaico e ultrapassado de mundo mitológico e imutável, muito menos manter um pensamento de história positivista, onde a minoria faz o discurso e o povo é a platéia. Precisamos instigar um pensamento revolucionário que provoque transformação e não apenas reformas.

O desafio é vencer a complexidade e quebrar a resistência do pensar global. Uma renovação é possível, sem revoltas e com parcerias, com vistas definidas a um processo dinâmico, educativo e instrutivo, em face ao resgate e à manutenção responsável de um repertório que constitua uma constante crítica reflexiva e construtiva às nossas origens e tradições. É bom salientar que isso virá a partir de interesses públicos e privados, numa constituição histórica e coletiva. Para tanto, é imprescindível que o poder público destine recursos públicos e financeiros.

Para que a presente obra se torne realidade, é preciso acolhimento, adesão e divulgação, é o primeiro passo de uma longa caminhada, mesmo que a princípio seja titubante, mas que o trabalho sério e dinâmico lhe torne seguro e firme. Nosso progresso tem sido lento, mas, se quisermos, dentro de um planejamento lógico, conseguiremos conquistar o nosso espaço e realizar o nosso objetivo. A tarefa é árdua e a luta é difícil. Só que temos uma certeza: a de que a dificuldade, dá sabor à vitória.

Diante do complexo quadro, o presente trabalho não se furtará a dar caminhos de perspectivas de realizações e adoção de medidas a curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, apontamos:

A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico de Alagoa Nova e fazer valer os departamentos de Cultura, Eventos, Turismo e Obras e Urbanismo. Com a finalidade de prezar e cuidar dos interesses patrimoniais de todas as formas.

Museu Histórico e Cultural: para vir a reunir artefatos e fragmentos concretos do desenvolvimento de nossa história.

Museu Temático: para mostrar nosso antigo potencial de cana-de-açúcar, sisal e mandioca. Com vistas ao Engenho Olho D'água para servir de sede, com especial atenção às aulas de campo e visitação coletiva.

Patrimônio Municipal: mapeamento, registro e tombamento e outras medidas quaisquer de acautelamento dos patrimônios históricos, culturais e arquitetônicos do município, levando-se em consideração a importância dos casarões e dos engenhos ainda existentes.

Instituir a Lei Orgânica do município no tocante à cultura e ao patrimônio histórico, a fim de garantir, para as gerações presentes e futuras, a preservação e sobrevivência de quaisquer patrimônio.

Criação de um Ponto de Cultura, para ser palco das diversas manifestações artísticas. Também prestará assessoria técnica à classe artística, no planejamento, elaboração e encaminhamento de projetos culturais às esferas municipal, estadual e federal.

Programa de Incentivo Cultural: institucionalizar programas de fomento cultural, tais como: concursos literários, subsídios técnicos, financiamento de projetos, doações a grupos organizados, convênios, etc.

Projeto Escola Aberta: realização de intercâmbio entre a escola e a comunidade, com programas sociais, artísticos-culturais e desportivos, com o intuito de descobrir novos valores na escola e na comunidade.

Projeto Desperta Cultura Cidadã: realização periódica de cursos, seminários, palestras, encontros, simpósios, convenções, fóruns, conferências, etc., abordando questões e temas

básicos, a vida cotidiana, com vistas à inclusão social, ao senso crítico e a uma nova política e cidadania.

Cultura Popular: mapeamento, registro e acompanhamento dos artistas populares (cantadores de viola, emboladores de coco, tocadores de pífano, dançarinos de tradição, artesãos de tradição, benzedeiros, cordelistas, contadores de histórias, estórias, causos, etc., quadrilhas e outros.

Universidade, Ensino, Pesquisa e Extensão: sistematização formal/institucionalização das publicações acadêmicas de estudantes universitários, professores e pesquisadores do município, para implementar a biblioteca pública.

Projeto Pintando o Muro: visando aproveitar espaços e habilitar crianças e jovens nas artes plásticas.

Reestruturar o São João de Bairros, os carnavais de marchinha e avançar com o Nova Folia, com o intuito de unir as comunidades e juntar o passado e o presente numa perspectiva de futuro.

Artistas, Produtores Culturais e Produtos: mapeamento, registro e acompanhamento de todos os artistas, produtores culturais e seus produtos, nas mais variadas áreas, a exemplo de teatro, dança, música, poesia, artes plásticas, artes gráficas, vídeo, fotografias, vídeos, cinema e outros eventos.

Cursos e Convênios: estabelecimento de convênios e parcerias com os departamentos de artes das: UEPB, UFPB, UFCG. Ainda com a Fundação Espaço Cultural (Funesc), Secretaria Estadual de Cultura do Estado e Ministério da Cultura. Para viabilizar cursos profissionalizantes das mais diversas áreas artísticas culturais.

Festa de Novos Talentos e Festivais: instituição e realização abrangendo as mais diversas áreas artísticas e culturais.

Calendário Cultural Municipal: elaboração com datas fixas para todos os eventos do município.

Biblioteca Pública Municipal: instituição do Programa de Otimização, Renovação e Informatização.

Bibliotecas Escolares: instituição de programas de reestruturação e otimização das bibliotecas escolares existentes e criação de outras em todas as escolas do município.

Criação da Biblioteca Infantil: fundação e manutenção de acordo com programas e projetos pedagógicos.

Instituição do Programa Biblioteca Circulante/Intinerante: projeto cultural de cunho educacional que vai às comunidades, visando levar a leitura àqueles que, por razões várias, não têm acesso às bibliotecas ou que se encontram impossibilitados de ir até elas por algum motivo particular.

Criação da Brinquedoteca: fundação e manutenção para o desenvolvimento de projetos pedagógicos e de espaço de lazer.

Criação e Manutenção do Jornal Local: um semanário que contemple todas as áreas de interesse público.

Criação da Cartilha de Alagoa Nova: uma cartilha que deve contar a história do município numa perspectiva de Paraíba, Nordeste e Brasil, para ser trabalhada em sala de aula como disciplina curricular municipal. Tendo como viés básico a educação patrimonial.

Pensamos ser esse o melhor caminho para um novo processo histórico, onde haja mais participação e consciência crítica. Sabemos que a História não é acabada e obedece a uma flexibilidade ativa.

Lançamos mão desse trabalho, numa busca de argumentar e prezar por uma nova visão de princípios lógicos, de respeito e resgate memorial histórico. Sabemos ainda, que a história de Alagoa Nova é cheia de incorreções e omissões, nos permitindo diferentes interpretações.

Para não fugirmos aos fatos, tornamos esse trabalho autêntico, mas que possa ser analisado e ter novos acréscimos que digam respeito ao Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico desse município, com a finalidade de aproximá-lo ao máximo de nossa origem verídica.

Assim, ainda propomos que, quando da execução desse trabalho, sejam utilizados outros profissionais dentro de suas áreas específicas, tais como: História, Geografia, Cultura, Comunicação, Eventos, Turismo, Obras e Urbanismo e Restauração.

REFERÊNCIAS

“...mais do que ensinar a ver de uma certa forma. É desejar que se veja de muitas formas”.

(Luís Carlos de Menezes – Professor da USP)

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O riso e o risível na história do pensamento. Zahar, 2002

_____. História dentro da história in. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas (org.), 2ªed., São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Falas de Astúcia e de Angústias: a seca do imaginário nordestino – de problema a solução, Campinas UNICAMP, 1998 (Dissertação de Mestrado).

AGUIRRE, A. Cultura e Identidad Cultural. Barcelona: Bardenas, 1997.

ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1978.

_____. Brejo de Areia. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1957.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade/ Ana Fani Alessandri Carlos. - São Paulo: Contexto, 1992. - (Coleção repensando a geografia)

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. São Paulo: Aleph, 2002.

CHAUÍ, Marilena. “Cultura popular e alienação”. In: Cultura e democracia o discurso competente e outras falas. SP: Moderna, 3ª ed, 1982.

DECRETO-LEI nº25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em : <<http://www.lei.adv.br/25-37.htm>>. Acesso: 10 setembro 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. e AMARO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRANÇOIS, Étienne. “Os „tesouros“ da Stasi ou a miragem dos arquivos”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs). Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1998.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALAGOA NOVA –PB, de julho de 1990

LOZANO, L. P. G. . A Mundialização do Espaço Urbano: o Caso do Centro Antigo de Bogotá.. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

LUZ, Leônio Faustino da. Falência dos Engenhos. Análise ambiental no Ensino de Geografia, [s.e], 2002.

SANTOS, Milton. O País Distorcido: o Brasil, a Globalização e a cidadania. Publifolha, 2002

SALES, José Borges de. Alagoa Nova: Notícias para sua história. Fortaleza: Gráfica Editora, 1990.

SEBRAE/PB. Programa de Emprego e Renda. Alagoa Nova – Série: Diagnóstico Sócio-econômico. João Pessoa/PB. 1996.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICROEMPRESAS DA PARAÍBA. Programa de Apoio e Renda. Série diagnósticos socioeconômicos. Alagoa Nova, 1996.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral in. FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. (org.) Usos e abusos da História Oral. 2ª ed., São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VARINE-BOHAN, Hughes. Patrimônio cultural– A experiência internacional. Notas de aula. São Paulo: FAU/USP, 1975.

Outras Fontes de Consulta:

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alagoa Nova-PB.

Membros da comunidade alagoa-novense. (Entrevistas)

Sites de Pesquisas: www.ibge.gov.org.br

ANEXO

O interesse pelo passado constitui-se aqui na preocupação com o atual.”

(Georges Gusdorf – Filósofo norte-americano)

ANEXO

SÍNTESE CRONOLÓGICA DA CIDADE DE ALAGOA NOVA – PB

1625 – Aldeamento dos Bultrins;

- 1713** – Construção da primeira capela de Sant^{ta} Ana;
- 1763** – Elevada à categoria de Sesmaria;
- 1778** – A lagoa se destaca como ponto de parada dos tropeiros;
- 1798** – Construção da segunda capela de Sant^{ta} Ana e a sesmaria é integrada a S.S. de Lagoa de Roça;
- 1837**– Elevada à categoria de Freguesia e depois Vila; Criado o cargo de prefeito
- 1850** – Instalação da Agência dos Correios e Telégrafos;
- 1851** – Movimento Ronco da Abelha;
- 1856** – Construção do cemitério;
- 1860** – Instauração da Irmandade do Santíssimo Sacramento;
- 1868** – Criação da Primeira Banda Filarmônica;
- 1872** – Primeiro Censo;
- 1874** – Revolta de Quebra quilos, queima dos documentos de Alagoa Nova;
- 1885** – Primeiro prefeito municipal, Gervásio Fernandes Bonavides;
- 1888** – Expulsão definitiva dos Bultrins das terras do Geraldo, aforadas a seus posseiros;
- 1904** – Construção do prédio das Escolas Reunidas (hoje Biblioteca Municipal);
- 1906** – “Visita” do cangaceiro Antonio Silvino e seu bando;
- 1907** – Primeiro livro de tombo da paróquia;
- 1910** – Construção do coreto central;
- 1915** – Matinhas se torna distrito de Alagoa Nova;
- 1920** – Instalação da rede elétrica;
- 1920** – Esperança torna-se distrito de Alagoa Nova;

- 1922** – Circulação do primeiro jornal local, *O Progresso*;
- 1923** – Construção da Igreja do Rosário;
- 1925** – Esperança é desmembrada de Alagoa Nova e é emancipada;
- 1931** – Circulação do segundo jornal local, *O Momento*;
- 1931** – Construção da primeira escola pública, por padre Ibiapina (Casa de Caridade);
- 1938** – O nome da cidade é modificado para Laranjeiras;
- 1939** – Lançada a pedra fundamental da matriz de Sant^{ta} Ana (paroquiato de Mons. José Borges de Carvalho);
- 1940** – Cai a torre da matriz e morre três operários;
- 1943** – Bênção da matriz por Dom Moisés Coelho;
- 1943** – Foi denominada Comarca de Alagoa Nova;
- 1945** – Inauguração da Escola Estadual Professor Cardoso;
- 1950** – Instalada a comunicação via telefone;
- 1951** – Construção do Mercado Público Joca Torres;
- 1961** – São Sebastião de Lagoa de Roça é desmembrada de Alagoa Nova;
- 1962** – Instalação da rede pública d^{ta} água, em convênios com: SANASA/CAGEPA;
- 1962** – Construção do Fórum Tavares Cavalcante;
- 1963** – Construção do primeiro prédio da prefeitura;
- 1970** – Instaurada a Casa de Saúde e Maternidade Santa Ana;
- 1971** – Construção da Escola Municipal Clodoaldo dos Santos Muniz;
- 1984** – Instalação de postos telefônicos públicos;

1989 – Início do movimento cultural: Grupos de Teatro; Paixão de Cristo; Festival de Artes e de Inverno;

1990 – Inauguração do Teatro Municipal Otavio Lima Leite, com uma estrutura construída no local do antigo Clube 21 de abril;

1991 – Instalação do serviço de som, Difusora Excelsior;

1996 – Matinhas é desmembrada de Alagoa Nova e é emancipada;

2001 – Inauguração da primeira emissora de rádio comunitária, Pirauá FM;

2002 – Instalação da Universidade Vale do Acaraú – Ceará, em regime especial.

2007 – Início da Festa da Galinha e da Cachaça, que se tornou tradição.